



**SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
CAMPUS UNIVERSITÁRIO DO MARAJÓ - BREVES
FACULDADE DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA**

ELAINE RODRIGUES CAVALCANTE

**PELES NEGRAS, PÁGINAS BRANCAS: REPRESENTAÇÃO DA PESSOA NEGRA NO
LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

**BREVES/PA
2019**

ELAINE RODRIGUES CAVALCANTE

**PELES NEGRAS, PÁGINAS BRANCAS: REPRESENTAÇÃO DA PESSOA NEGRA NO
LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará – Campus Breves, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada Plena em Pedagogia.

Orientadora: Profa. Dra. Eliane Costa

**BREVES/PA
2019**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) de acordo com ISBD
Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal do Pará
Gerada automaticamente pelo módulo Ficat, mediante os dados fornecidos pelo(a) autor(a)**

C376p Cavalcante, Elaine Rodrigues
Peles Negras, Páginas Brancas: : representação da pessoa negra
no livro didático de história do 4º ano do ensino fundamental /
Elaine Rodrigues Cavalcante. — 2019.
52 f. : il. color.
Orientador(a): Prof^a. Dra. Eliane Miranda Costa
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Faculdade de
Educação, Campus Universitário de Breves, Universidade Federal
do Pará, Breves, 2019.

1. Negro. 2. Representação. 3. Livro didático. I. Título.
CDD 301.071

ELAINE RODRIGUES CAVALCANTE

**PELES NEGRAS, PÁGINAS BRANCAS: REPRESENTAÇÃO DA PESSOA NEGRA NO
LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado a Faculdade de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal do Pará – Campus Breves, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciada Plena em Pedagogia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Eliane Costa

Defendido em: _____ de agosto de 2019

Conceito: _____

BANCA EXAMINADORA:

Prof.^a Dr.^a Eliane Miranda Costa – FECH - UFPA
(Orientadora e Presidente)

Prof. Dr. Leonildo Nazareno do Amaral Guedes – FECH - UFPA

Prof. Dr. Ronaldo de Oliveira Rodrigues – FECH - UFPA

**BREVES/PA
2019**

A meus pais, Aurilena Rodrigues Cavalcante e Êxodo Urbano Cavalcante, os quais são as duas grandes razões que me motivam a procurar ser melhor a cada dia, espero um dia poder retribuir tudo o que fizeram e fazem por mim. Eu os, amo.

AGRADECIMENTOS

Toda conquista alcançada tem um toque direto ou indireto de pessoas que nos agradeceram com sua boa vontade de ajudar. (Huxlei Bispo)

A Deus, Rei dos Reis e Senhor dos Senhores, autor da vida, criador do universo e tudo que nele há. Àquele que me tem sustentado e guardado, segundo sua graça e misericórdia, sem o qual seria impossível a execução deste ou qualquer outro projeto. Seja o Seu Nome exaltado sobre tudo.

Ao meu esposo e companheiro Huxlei Oliveira Bispo, o qual estive ao meu lado em todos os momentos, pela ajuda, compreensão, pelo incentivo, pelo carinho, pelos puxões de orelha e por segurar minha mão nos momentos de fraqueza. Eu o amo.

A meus irmãos Juniel, Joriane, Elen, Aline, Erika e Ester e meus cunhados Max e Dheivison pela hombridade, companheirismo, apoio e por todas as palavras de incentivo. Que o Senhor possa abençoá-los em todos os seus caminhos.

À minha orientadora, professora Dr.^a Eliane Costa, a qual com maestria orientou a execução desta pesquisa. Obrigada pelo empenho, dedicação e apoio.

A meus amigos e colegas de curso, os quais foram ombros amigos nesta caminhada.

A meus familiares e amigos em geral, que de forma direta ou indireta participaram desta importante etapa da minha vida.

A todos o meu muito obrigada!

*Falo de milhões de homens, em quem
deliberadamente inculcaram o medo, o complexo
de inferioridade, o tremor, a prostração, o
desespero, o servilismo.*

Aimé Césaire

RESUMO

Esta pesquisa coloca em debate a representação da pessoa negra no livro didático da disciplina de História do 4º ano do ensino fundamental. Em geral, objetiva-se analisar como a pessoa negra vem sendo representada e que ideologias e estereótipos podem ser identificados nessa representação. Tem-se ainda como perspectiva discorrer sobre as implicações da representação e ideologias na construção identitária da criança negra, bem como sobre os efeitos sociais que resultam desta apropriação visual e conceitual do material exposto. É um estudo de caráter bibliográfico e documental de abordagem qualitativa, que tem como principal fonte os seguintes livros didáticos: Projeto Buriti – Editora Moderna; Mundo Amigo – Edições SM; Da Escola para o Mundo – Editora Ática. Para análise recorreremos a pressupostos da técnica da Análise de Conteúdo, que nos permitiu entender os significados ocultos nos dados levantados. Os resultados demonstraram que a pessoa negra é representada no livro didático de História do 4º ano, em sua maioria de forma pejorativa em que sua história, memória e identidade são tidas como inferior ao do homem e mulher branca, únicos detentores de cultura e saberes. O negro, na verdade, é retratado na maioria dos livros analisados como escravo, mão de obra, mercadoria e produto. Tem-se assim, a permanência de um currículo tradicional e excludente. A lei 10.639/2003, embora importante para provocar mudanças nesse sentido e questionar a segregação racial precisa ser de fato implementada. Conclui-se, que, os livros didáticos, precisam ser questionados, analisados e criticados por professores e alunos. A lei 10.639/2003 é nesse processo elemento indispensável, pois, assim se abrirá precedentes para que aos poucos se supere a história discriminação racial na sociedade brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Negro, Representação, Livro Didático.

ABSTRACT

This research puts into debate the representation of the black person in the textbook of the history discipline of the 4th grade of elementary school. In general, the objective is to analyze how the black person has been represented and what ideologies and stereotypes can be identified in this representation. It also has the perspective to discuss the implications of representation and ideologies in the identity construction of the black child, as well as the social effects that result from this visual and conceptual appropriation of the exposed material. It is a study of bibliographic and documentary character of qualitative approach, whose main source is the following textbooks: Projeto Buriti - Editora Moderna; Mundo Amigo - Editions SM; From School to the World - Attica Publisher. For analysis we resorted to assumptions of the technique of Content Analysis, which allowed us to understand the meanings hidden in the data raised. The results showed that the black person is represented in the 4th grade History textbook, mostly in a pejorative way in which his history, memory and identity are considered inferior to that of the white man and woman, the only holders of culture and knowledge. Blacks, in fact, are portrayed in most books analyzed as slave, labor, commodity, and product. Thus, there is the permanence of a traditional and excluding curriculum. Law 10.639 / 2003, although important to bring about changes in this regard and to question racial segregation, must indeed be implemented. It is concluded that textbooks need to be questioned, analyzed and criticized by teachers and students. Law 10.639 / 2003 is an indispensable element in this process, as this will set precedents for gradually overcoming the history of racial discrimination in Brazilian society.

KEYWORDS: Black, Representation, textbook.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Capa do Livro Didático do 4º ano Projeto Buriti.....	32
Figura 2 - Capa do Livro Didático do 4º ano Da Escola para o Mundo.....	33
Figura 3 - Capa do Livro Didático do 4º ano Mundo amigo.....	33
Figura 4 - Gravura de Theodore de Bry.....	34
Figura 5 - Gravura de representando comerciante com seu “produto”	34
Figura 6 - Texto que aponta o negro como mercadoria.....	34
Figura 7 - Negros escravizados sendo comercializados.....	35
Figura 8 - Texto que aponta a comercialização de negros.....	35
Figura 9 - Casal de portugueses com duas negras escravizadas.....	36
Figura 10 - Castigos sofridos pelos negros escravizados.....	36
Figura 11 - Negros escravizados trabalhando em engenho.....	36
Figura 12 - Texto que retrata as condições de vida dos negros escravizados.....	36
Figura 13 - Negros escravizados trabalhando em mina de diamante.....	37
Figura 14 - Negros escravizados trabalhando em mina.....	37
Figura 15 - Negros escravizados trabalhando em fazenda de café.....	37
Figura 16 - Negros escravizados trabalhando em engenho.....	37
Figura 17 - Mulher <i>griot</i> segurando um <i>Kora</i>	38
Figura 18 - Pintura rupestre em Marmar Tassili.....	38
Figura 19 - Texto que aponta a importância histórica do povo negro.....	38
Figura 20 - Negros jogando capoeira.....	39
Figura 21 - Grupo de Maracatu.....	39
Figura 22 - Texto que aponta o capítulo do livro correspondente ao negro.....	39
Figura 23 - Texto que aponta o capítulo do livro correspondente ao negro.....	39
Figura 24 - Imagem que representa a diversidade étnico racial do povo negro.....	39
Figura 25 - Danças Africanas.....	40
Figura 26 - Danças Africanas.....	41

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
2 ENTRE PALAVRAS, IMAGENS E IDEOLOGIAS: DESAFIOS METODOLÓGICOS...	14
2.1 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO	14
2.3 EXPLORAÇÃO DO MATERIAL.....	17
3 O NEGRO E O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E LEGAIS	19
3.2 CONCEITUANDO: REPRESENTAÇÃO E CURRÍCULO	22
3.3 A LEI 10.639/03: MUDANÇA NA REPRESENTAÇÃO NEGRA EM LIVROS DIDÁTICOS.....	29
4 O NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS ESTUDADOS: REPRESENTAÇÃO E SIGNIFICADOS	33
4.1 IMAGENS QUE SILENCIAM E REVELAM	33
4.2 O NEGRO ENQUANTO PEÇA/PRODUTO, MERCADORIA E MOEDA DE TROCA	41
4.3 O NEGRO ENQUANTO ESCRAVO E MÃO DE OBRA	42
4.4 AS MULTIFACES DA ÁFRICA: HISTÓRIA E CULTURA	45
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	50

1 INTRODUÇÃO

A adoção da ideia de que linguagem visual, nos diversos setores sociais, em especial na escola, exerce influência no desenvolvimento cognitivo e social do indivíduo, bem como de qual a intensidade da influência pessoal e social que tais reproduções podem propiciar nos levou a questionamentos e inquietações acerca de como a população negra é representada e idealizada nos livros didáticos de História do 4º ano do ensino fundamental. Assim, surgiu nosso objeto de estudo, intitulado “PELES NEGRAS EM PÁGINAS BRANCAS: REPRESENTAÇÃO DA PESSOA NEGRA NO LIVRO DIDÁTICO DE HISTÓRIA DO 4º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL”. Esclareço que tal título foi influenciado pela obra de Franz Fanon “Peles negras, máscaras brancas”, publicada em 1963, nesta obra o autor nos permite entender tessituras de como a segregação racial foi forjada no transcurso da história.

O interesse por este objeto é fruto de minhas vivências estudantis, em especial, na academia, onde percebi que ainda na contemporaneidade, muitos livros trazem consigo conteúdos, textos e imagens impregnadas de preconceitos, com diferenças sociais explícitas que em geral cooperam com a manutenção da segregação, ou distinção de pessoas segundo a cor de sua pele ou etnia. Em outros termos, pode-se dizer que tais livros têm tendência a fomentar o ideário da teoria da eugenia racial¹ e induzir à ideia de incapacidade intelectual da população negra, pois trata-se de um referencial que pode influenciar ao leitor apropriar-se de conceitos e concepções que retrata o povo negro como uma classe sócio-político e culturalmente inferior, fomentando, dessa forma, os ideais racistas.

Em meio a este cenário de uma literatura científica excludente, procuramos destacar aqui o livro didático, um dos instrumentos basilares na composição do currículo escolar, que também retrata o negro e sua cultura. Podemos dizer que o livro didático se apresenta como uma ferramenta que conduz valores, sentidos, conceitos e significados para o seu público de leitores, neste caso, alunos e professores da educação básica. Nesta perspectiva o livro assume papel de “material impresso, estruturado, destinado ou adequado a ser utilizado num processo de aprendizagem ou formação; materiais caracterizados pela seriação de conteúdos; mercadoria. Depósito de conteúdos educacionais; instrumento pedagógico” (GATTI JÚNIOR, 2004, p.35).

O livro didático é assim um instrumento que carrega valores, concepções,

¹ O termo eugenia, palavra de origem grega, que significa “bem-nascido”, foi criado pelo inglês Francis Galton, em 1883. O conceito de Galton, na verdade, buscava manipular a genética humana para melhorar gerações futuras. De forma que, através da genética e hereditariedade, uma raça é superior à outra (GIOPPO, 1996).

paradigmas, bem como é um aparelho pedagógico destinado a auxiliar no processo de aprendizagem dos alunos. Todavia, a supervalorização ou a manipulação exaustiva de conceitos ideológicos e de imagens impregnadas de estereótipos, têm potencial de contribuir para a desqualificação de classes como é o caso do negro, do índio, da mulher, e outras, isto é, daqueles sujeitos, que não se enquadram no perfil do modelo homem-branco-euro-americano. Desta forma, na prática, o livro, quando envolvido pelo conteúdo supramencionado, acaba por contribuir com a perpetuação de preconceitos direcionados a grupos sociais específicos, em especial, a população negra, historicamente vilipendiada.

Em muitos livros didáticos, nos seus quadros ilustrativos, o negro tem sua representação exaustivamente agregada a figura do escravo, um prisioneiro que, por vezes apresenta-se como uma peça, um objeto para o lucro, uma mercadoria, cuja serventia é somente a realização de trabalhos pesados e a manutenção dos interesses e necessidades da população branca. O ponto notoriamente negativo nesta conjuntura, além dela própria, é que, uma vez que o povo negro seja visto apenas como descendente de escravos, sua história, memória e cultura cairão em descaso.

Ao repassar tais ideais, os livros didáticos tornam-se, nas mãos dos alunos, instrumentos carregados de conteúdos, conceitos e ideologias que tem grande potencial de contribuir para a formação de indivíduos com ideais e opiniões ligadas a um projeto de sociedade discriminatória. Sociedade esta, onde a diferença entre as culturas não está baseada apenas em seus costumes e especificidades, mas principalmente na cor de sua pele, julgando desta forma, uma cultura ser superior a outra.

Se considerado que a formação pessoal de um indivíduo decorre conforme o mesmo se apropria de conhecimentos inerentes a uma sociedade historicamente determinada, num processo de autoconstrução histórico cultural, e que os livros didáticos são grandes difusores destes conhecimentos, encontramos neste livro um aliado, ou um vilão no processo educativo. Partimos do entendimento que o livro didático precisa ser um instrumento que contribua com a formação de cidadãos críticos e reflexivos no sentido de entender-se como sujeitos de direitos, o que inclui saber se organizar e lutar por uma vida mais digna.

O exposto trazido até aqui, corroborou para alimentar meu interesse pela temática, que a entendo como importante e fundamental para levantar reflexões epistemológicas acerca de nossas atitudes e ações pedagógicas. A capacidade de disseminar ideias e conceitos por meio dos livros didáticos, levou-me a reflexão sobre quais os valores estamos realmente disseminando através dos mesmos e que contribuições estamos dando de fato a formação de nossas crianças que, por conseguinte, serão os nossos adultos de amanhã.

Com isto, queremos colocar em debate, o preconceito racial naturalizado em inúmeras situações que, às vezes, passam despercebidas, porém apresentam significativa influência na formação dos valores e ideais sociais que transmitimos dentro da sala de aula. Abordaremos então, não só estes conteúdos apinhados de traços de ideologias raciais, presentes nos livros didáticos, mas também o manuseio que estes livros recebem em sala de aula, salientando a importância de uma formação consistente por parte do professor, para lidar de forma adequada e reflexiva com estes conteúdos.

Desta forma, a temática abordada apresenta importância significativa para nossa formação, pois ao se pensar em um conteúdo que viesse a ser discutido na conclusão de nosso curso, idealizei uma pesquisa que viesse auxiliar não só aos leitores da mesma, mas que pudesse também contribuir com minha própria formação enquanto educadora. Quando falamos de representações de culturas, estamos falando de como idealizamos e percebemos as pessoas ao nosso redor, e para isso, precisamos despir-nos e desprender-nos de nossos próprios ideais de vida, para assim observar o outro de sua própria ótica, não da nossa. Estas reflexões nos levam a importância de se discutir sobre os encargos e preconceitos sofridos pela cultura negra no decorrer de tantas gerações.

Mediante estas observações, propomos a seguinte problemática: Como o negro é representado no livro de História do 4º ano do ensino fundamental? Interligado a esta questão problema, indagamos quais os estereótipos relacionados a imagem do negro no livro didático? A forma como a população negra é idealizada nos livros didáticos de História tem auxiliado na perpetuação de ideais racistas no Brasil. Por quê? Tem-se, assim, por objetivos: Compreender e analisar as representações do negro no livro didático de História do 4º ano; verificar as ideologias e estereótipos impregnados a imagem do negro nos livros didáticos de História do 4º ano e, discorrer sobre as implicações decorrentes dos conteúdos carregados de preconceito racial presentes nos livros didáticos de história do 4º ano.

Em termos teóricos a pesquisa ancora-se em autores como, Alvares (2013), Silva (2007), entre outros. Para este Alvares “considera que as imagens exercem papel preponderante para a criação de pensamentos afirmativos ou negativos, principalmente no que diz respeito ao ambiente escolar” (ALVARES, 2013, p.42). Ressalta-se que a representatividade negativa quanto à população negra, acaba por deixar no escuro, questões como a religião, a resistência quilombola, o movimento negro, o combate ao racismo, a própria cultura negra e tantas outras especificidades deste povo, impedindo o acréscimo de pensamentos positivos em relação às experiências dos negros no Brasil. Tais fatores, são indispensáveis na formação dos alunos, de forma que ao ter acesso a estas informações, os

mesmos não construam uma visão unilateral, onde o negro é interpretado como inferior ao branco, ideia fomentada pelo currículo tradicional. (SILVA, 2007)

No campo metodológico, procuramos seguir por caminhos que nos levassem a resolução da problemática apresentada. Recorremos a pesquisa bibliográfica, nos moldes de Amaral (2007, p.1), a qual “consiste no levantamento, seleção, fichamento e arquivamento de informações relacionados à pesquisa”; e a pesquisa documental, a qual segundo Gil (2010, p.29), se utiliza de “documentos conservados em órgãos públicos [...] como livros didáticos e fotografias”. Os livros didáticos em análise foram: Projeto Buriti 2. ed. - Editora Moderna; Mundo Amigo 1 ed. - Edições SM e Da Escola para o Mundo 1 ed. – Editora Ática. O primeiro livro está em uso nas escolas, e os demais foram enviados as escolas como material de divulgação, com o intuito de serem submetidos a análise para posteriormente ir para sala de aula.

A pesquisa ancora-se na abordagem qualitativa, cujo “pesquisador não se transforma em mero relator passivo: sua imersão no cotidiano, a familiaridade com os conhecimentos diários e a percepção das concepções que embasam a prática, supõe que os sujeitos da pesquisa têm representações parciais e incompletas” (CHIZZOTTI, 2001, p.82). Diante dessas premissas pode-se considerar um caminho a ser tomado, de forma a induzir discursões concisas acerca da temática aqui exposta.

Com base nestes pressupostos, este trabalho divide-se em três capítulos. O primeiro capítulo traça o percurso metodológico adotado na realização da pesquisa, evidenciando a abordagem, o tipo de pesquisa, os critérios utilizados para a seleção dos documentos analisados, e, principalmente, o procedimento de análise de dados, o que inclui a elaboração e análise das categorias de estudo.

O segundo capítulo tece apontamentos teóricos acerca do negro nos livros didáticos. Está dividido em três tópicos, trazendo uma breve contextualização sobre a origem do livro didático, conceito de representação e currículo, bem como considerações sobre a lei 10.639/03.

O terceiro capítulo apresenta a análise dos dados propriamente dita, e é dividido em quatro tópicos, o primeiro traz as imagens selecionadas dos livros didáticos em análise, e os posteriores trazem as inferências e interpretações concernentes as categorias, o negro enquanto peça/produto, mercadoria e moeda de troca, o negro enquanto escravo e mão de obra, bem como as multifaces da África: história e cultura.

Ao finalizar, consideramos que nos livros analisados, em sua maioria, a pessoa negra é representada como inferior ao homem e mulher branca. Assim, percebe-se a permanência de um currículo tradicional a serviço dos interesses e necessidades da classe dominante. Segue assim, uma tradição excludente que reforça a prática do racismo. A lei 10.639/03 mesmo sendo um dispositivo de suma importância para questionar esse quadro, pouco alterou, até porque tal dispositivo precisa ser de fato materializada.

2 ENTRE PALAVRAS, IMAGENS E IDEOLOGIAS: DESAFIOS METODOLÓGICOS

O capítulo aborda o percurso metodológico adotado para a realização desta pesquisa. O mesmo descreve a escolha da abordagem, o tipo de pesquisa, os critérios utilizados à seleção dos documentos analisados, o procedimento de coleta, organização e análise de dados.

2.1 A CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE ESTUDO

Como todo estudo, iniciamos pela escolha de nosso tema. Com o intuito de ampliar nosso entendimento sobre o mesmo e assim definir nosso objeto de estudo. Para tanto, procedemos com o levantamento da literatura. Este procedimento, como se aprende com diferentes teóricos do campo metodológico, tem por finalidade colocar o pesquisador em contato direto com tudo o que foi escrito, dito ou filmado sobre o assunto e que se encontra disponível. Realizamos, desse modo, um exercício bibliográfico que, segundo Marconi e Lakatos (2010, p.166) caracteriza-se por “abranger toda biografia já tornada pública em relação ao tema de estudo, desde publicações avulsas, boletins, jornais, revistas, livros, pesquisas, monografias, teses, material cartográfico, entre outros”.

Manzo (1971, p.32), adverte que a pesquisa bibliográfica “oferece meios para definir, resolver, não somente problemas já conhecidos, como também explorar novas áreas, onde os problemas não se cristalizam suficientemente”. Desta forma, este tipo de pesquisa nos possibilita conhecer se o tema e o objeto estudado já foram conduzidos por outros pesquisadores, como também as possíveis lacunas, e até mesmo se há uma resposta para o problema que postulamos em nossa pesquisa.

Nesse processo utilizamos como fonte de busca bancos de dados bibliográficos como a Scientific Library Online (SCIELO), Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), portal periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento do Pessoal de Nível Superior (CAPES), bem como livros e obras disponíveis no acervo da biblioteca da Universidade Federal do Pará – Campus Breves. Para navegar nos sites elegemos três palavras-chave, a saber: Livro didático, negro e representação. Com tais descritores conseguimos delimitar a temática das obras selecionadas, bem como demarcar um recorte temporal abrangendo as pesquisas realizadas entre os anos de 2010 a 2015.

A partir do levantamento bibliográfico, foi possível realizarmos o chamado Estado da Arte. A respeito deste, Romanowski e Ens (2006, p.39), descrevem que:

A sistematização da produção numa determinada área do conhecimento, já se tornam imprescindíveis para apreender a amplitude do que vem sendo produzido [...] favorecendo a organização que mostre a integração e a configuração emergentes, as diferentes perspectivas investigadas, os estudos recorrentes, as lacunas e as contradições.

Mediante a realização da pesquisa bibliográfica e formatação do estado da arte desta investigação, construímos um quadro com as quinze obras que mais se aproximavam do foco de nossa pesquisa, as quais passaram a integrar o quadro teórico para a realização da mesma. O quadro se estrutura contendo um breve perfil do autor da obra, resumo, objetivos, o local e ano de publicação. A partir disto podemos nos aprofundar mais na leitura das obras selecionadas, e assim construir o referencial teórico desta pesquisa.

2.2 TIPO E ABORDAGEM DE PESQUISA

A pesquisa configura-se como do tipo bibliográfica e documental de abordagem qualitativa, segundo o enfoque de Gaskell (2002, p.65) fornece os dados básicos para:

o desenvolvimento e a compreensão das relações entre os atores sociais e sua situação. O objetivo é uma compreensão detalhada das crenças, atitudes valores e motivação, em relação aos comportamentos das pessoas em contextos sociais específicos [...] a compreensão na visão dos sujeitos da pesquisa é característica do método qualitativo, quando o ensejo é o fornecimento de uma descrição detalhada de um meio social específico, com base para construir um referencial para pesquisas futuras e fornecer dados para testar expectativas e hipóteses desenvolvidas fora de uma perspectiva teórica específica.

Segundo esta perspectiva, “um fenômeno pode ser melhor compreendido no contexto em que ocorre e do qual é parte, devendo ser analisado num aspecto integrado” (GODOY, 1995, p. 21). Desta forma, o pesquisador vai a campo buscando captar o fenômeno em estudo a partir do ponto de vista das pessoas nele envolvidas, considerando todos os pontos de vistas relevantes a pesquisa. É relevante evidenciar que este tipo de abordagem não se apresenta como uma proposta rigorosamente estruturada, “ela permite que a imaginação e a criatividade levem os investigadores a propor trabalhos que explorem novos enfoques” (IDEM, p.21).

Neste viés, temos como principal fonte três livros didáticos, a saber: Projeto Buriti – Editora Moderna; Mundo Amigo – Edições SM; Da Escola para o Mundo – Editora Ática, que também interpretamos como documento. Daí dizer que enveredamos pela pesquisa bibliográfica e documental. Tais pesquisas embora semelhantes, diferente quanto a natureza das fontes. Enquanto a pesquisa bibliográfica trabalha com fontes que já passou por um tratamento analítico, a pesquisa documental, lida com documentos que não passaram por um

tratamento analítico (MARCONI; LAKATOS, 2010). Na particularidade dessa pesquisa, embora nossa fonte sejam livros, constituem-se como fonte ainda não trabalhada do ponto de vista da análise científica.

Cabe ainda dizer que a pesquisa documental se apresenta com uma postura que oferece ao pesquisador a capacidade de inovar no estudo de documentos, sendo estes textuais ou não, bem como proporcionar novos olhares acerca do mesmo. Ressalto que, pelo fato de os documentos serem considerados importantes fontes de coleta de dados para os estudos de natureza qualitativa, eles tendem a estar sempre relacionados com este tipo de abordagem.

A pesquisa documental é descrita por Marconi e Lakatos (2010, p.157) como tendo sua “fonte de coleta de dados restrita a documentos, escritos ou não, construindo o que se denomina de fontes primárias. Estas podem ser feitas no momento em que o fato ocorre, ou depois”.

Godoy (1995, p. 21) corrobora com o conceito dos autores acima citados, ao apontar que “a pesquisa documental representa uma forma que pode se revestir de um caráter inovador, trazendo contribuições importantes no estudo de alguns temas”, desta forma vê-se que a pesquisa documental apresenta relevância significativa, tendo em vista os subsídios oferecidos através da análise de documentos fundamentais as diversas áreas do conhecimento.

Na pesquisa documental três aspectos devem ser levados em consideração por parte do investigador, a escolha dos documentos, o acesso a eles e sua análise. A escolha dos documentos a serem analisados não deve ser feita de forma aleatória, mas se dá em função de algumas hipóteses, ideias ou propósitos, no que condiz a esta pesquisa, a escolha dos livros didáticos a serem analisados foi feita seguindo os seguintes critérios, em primeiro, selecionamos o livro didático do 4º ano do ensino fundamental que é utilizado atualmente nas escolas públicas, em segundo selecionamos dois livros das editoras mais influentes quanto a difusão e comercialização de livros didáticos para o ensino fundamental, de forma a realizar um paralelo entre a imagem e representatividade que estes fazem acerca da cultura negra.

Outro aspecto a ser observado é o acesso aos documentos selecionados, quando se trata de documentos oficiais e públicos, o acesso a estes torna-se mais fácil, entretanto, quando se trata de livros didáticos disponíveis apenas para as escolas, é necessário que se apresente uma declaração que ateste o interesse pelos documentos, explicando a intencionalidade da utilização dos mesmos, desta forma, pode se alcançar acesso irrestrito aos documentos.

2.3 EXPLORAÇÃO DO MATERIAL

Concomitante a seleção e acesso aos documentos, demos início a codificação e análise dos dados, vale considerar que a escolha do método de análise a ser utilizado deve estar de acordo com o material a ser analisado, bem como dos objetivos da pesquisa e da visão ideológica que o pesquisador apresenta. Chizzotti (2006, p.98) vem corroborar com este posicionamento ao afirmar que:

A decodificação de um documento pode utilizar-se de diferentes procedimentos para alcançar o significado profundo das comunicações nele cifradas. A escolha do procedimento mais adequado depende do material a ser analisado, dos objetivos da pesquisa e da posição ideológica e social do analisador.

Ao considerar estes fatores, optamos por utilizar a análise de conteúdo como procedimento de análise de dados, a qual nos moldes de Bardin (2006, p.38) é designada como:

Um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando a obter, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens [...] a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção (ou eventualmente, de recepção), inferência esta que ocorre a indicadores (quantitativos ou não).

Nisto compreende-se que este método de análise, embora se apresente como um conjunto de técnicas parciais com a mesma meta, explicitação e sistematização do conteúdo das mensagens, assume uma grande disparidade de formas, as quais se adaptam aos tipos de documentos e objetivos da pesquisa. A leitura do analista de conteúdo, segundo Bardin (2006, p.42) “não é apenas uma leitura ao pé da letra, mas um trabalho em nível mais aprofundado. Trata-se de obter significados de natureza psicológica, sociológica, histórica e etc.”.

Richardson (2014, p. 224) vem corroborar com a concepção de Bardin ao afirmar que “pela sua natureza científica, a análise de conteúdo deve ser eficaz, rigorosa e precisa. Trata-se de compreender melhor um discurso, de aprofundar suas características e extrair os momentos mais importantes. Portanto, deve basear-se em teorias relevantes que sirvam de marco de explicação para as descobertas do pesquisador, com isto, a análise de conteúdo tem por objetivo “compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas” (CHIZZOTTI, 2006, p.96).

Dentre as comunicações analisadas, os materiais textuais escritos são os mais tradicionais na análise de conteúdo, os quais podem ser manipulados pelo pesquisador na busca por respostas às questões de pesquisa, o livro didático classifica-se como um material textual escrito, daí a relação com o método de análise adotado. Bardin (2006, p. 39) divide em três fases a análise de conteúdo: 1) pré-análise, 2) exploração do material e 3) tratamento dos

resultados, inferência e interpretação. Cabe salientar que a análise de conteúdo pode ser feita utilizando vários procedimentos, nesta pesquisa ponderou-se ser mais apropriado utilizar a análise de categorias, a qual “permite reunir maior número de informações à custa de uma esquematização e assim correlacionar classes de acontecimentos para ordená-los” (HOFFMAN, 2013, p.186)

Neste trabalho, no que condiz as análises segundo Bardin (2006), realizamos a leitura dos documentos selecionados para coleta de dados, sendo estes três livros de História do ensino fundamental de três editoras² distintas, a partir da qual estabelecemos contato com o mesmo, e iniciamos o processo de demarcação do que seria analisado nos livros. Neste interim, selecionamos as imagens e textos que se referem ao negro, sua cultura e sua história. Vale ressaltar que foram selecionadas, nos livros em análise, as imagens que se referissem a população negra abrangendo todos os seus aspectos, de forma a retratar qual a imagem que os livros fazem acerca do negro e como se dá essa representação.

É notório salientar a importância de se utilizar imagens, para demonstrar a representação que o livro faz acerca do negro, tendo em vista que “as imagens são onipresentes na sociedade e, por isso, algum exame de representação visual pode ser potencialmente incluído em todos os estudos da sociedade” (BANKS, 2009). Concomitante a isto, podemos afirmar que o estudo que incorpore imagens como dados significativos a sua pesquisa, pode ser capaz de revelar algum conhecimento sociológico que não é acessível por nenhum outro meio.

Na exploração do material construímos as categorias, as quais foram definidas a *posteriori*, após a coleta de dados. A definição das categorias embasou-se nos aportes teóricos da pesquisa, com enfoque nos objetivos traçados por ela, e nos temas advindos dos dados coletados. As categorias constituídas foram as seguintes: I - O negro enquanto peça/produto, mercadoria e moeda de troca; II - O negro enquanto escravo e mão de obra e III – As multífaces da África: História e Cultura. A partir destas categorias, construímos um “quadro matricial” (HOFFMAN, 2007, p.188), com base neste quadro, delimitamos e especificamos as imagens correspondentes a cada uma das categorias, mediante as quais poderemos expor as inferências e interpretações acerca do objeto de análise, como veremos no capítulo seguinte.

² Projeto Buriti 2 ed. - Editora Moderna; Mundo Amigo 1 ed. - Edições SM; Da Escola para o Mundo 1 ed. – Editora Ática.

3 O NEGRO E O LIVRO DIDÁTICO NO BRASIL: ASPECTOS HISTÓRICOS, CONCEITUAIS E LEGAIS

O capítulo faz uma breve contextualização teórica acerca da origem do livro didático, com a perspectiva de conhecer no transcurso da história, como a imagem do negro vem sendo forjada. Para melhor ampliar nosso entendimento, o capítulo traz uma breve abordagem sobre o conceito de representação e de currículo no intuito de também perceber concepções e posicionamentos teóricos acerca do tema, bem como a situação do povo negro no contexto educacional e sociedade em geral. Integra essa discussão a Lei 10.639/03, que altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), nº 9.394/1996 e postula exigências acerca da obrigatoriedade da discussão de abordagens e temas relacionados à História e a Cultura Afro-brasileira nos diferentes níveis de ensino da educação básica, o que em tese implica em mudanças na forma de representar o negro.

3.1 O LIVRO DIDÁTICO: ORIGEM E DEFINIÇÕES!

Para dialogarmos sobre a representação da pessoa negra no livro didático, faz-se necessário conhecer a origem dessa ferramenta, que na sala de aula é elemento indispensável. Mediante a isto, definimos livro didático como uma ferramenta que traz consigo conceitos, ideologias e conteúdos formadores de opinião, que podem propagar ideias, intenções e desejos que seus autores querem divulgar. Além disso, “é o único acesso à leitura de alguns alunos, sendo assim, os livros didáticos contribuem na formação dos alunos e de sua identidade, formação está em contínua construção” (SÁ, 2010, p.10).

Silva (2005, p.10) vem complementar este conceito ao considerar que:

o livro é o veículo de informação, de ideias e de conhecimento mais antigo e tradicional que existe. O livro é objeto da comunicação escrita que faz parte da história cultural das mais diferentes culturas e sociedades desde a antiguidade. Sendo assim, o livro constitui uma das mais ricas fontes sobre o passado da humanidade que um investigador, um estudante, um historiador ou qualquer pesquisador possa recorrer.

O livro didático surge no Brasil ainda na primeira metade do século XIX, neste momento o país se constituía como pátria e o livro didático abrolha com o objetivo de contribuir à construção de uma identidade à nação. Desde seu surgimento, o livro didático se constitui no recurso pedagógico basilar utilizado por docentes e discentes, o qual é utilizado em diferentes circunstâncias que envolvem o ensino e torna-se responsável por mediar a relação entre aquilo que é exigido no currículo e aquilo que é ensinado na sala de aula. Assim,

por meio do livro didático o Estado exerce certo controle sobre a educação escolar, e, por conseguinte, na formação dos alunos.

Franco (1992 apud NUNES, 2000, p.1) afirma que “a preocupação com os livros didáticos em nível oficial, no Brasil, se inicia com a Legislação do Livro Didático, criada em 1938 pelo Decreto-Lei 1006”. Neste interim, já se considera o livro didático como um instrumento de educação Política e ideológica e um direito constitucional do educando Brasileiro, o mesmo estava vinculado à necessidade do aumento da escolaridade, sendo assim, o principal difusor do ideário nacional. O livro passou então a ser amplamente utilizado como um manual por professores e estudantes, tendo em vista os conhecimentos históricos sistematizados que apresentava. Tal posicionamento é ressaltado na fala de Nunes (2000, p.1), o qual assevera que neste período:

[...] os professores já faziam as escolhas dos livros a partir de uma lista pré-determinada na base na regulamentação legal Art. 208, Inciso VII da Constituição Federal do Brasil desse mesmo ano, e ainda ficou definido que o Livro Didático e o Dicionário da Língua Portuguesa eram um direito constitucional do educando brasileiro.

No entanto, o livro didático só passou a ser legalmente regulamentado pelo Decreto 9154/85, que implementou o Programa Nacional do Livro Didático (PNLD)³ e ainda estabeleceu a rotineira avaliação dos mesmos. Em seguida, o livro didático passou a ter presença marcante na prática escolar e os professores passaram a obtê-lo com um instrumento basilar para o ensino em sala de aula. Alguns professores o tomaram como um manual, cujo conteúdo deve ser seguido à risca e outros conceberam o livro como um instrumento para auxiliar na prática pedagógica e oferecer diferentes possibilidades e interpretações dos conteúdos estudados.

O livro didático passou a ser um instrumento pedagógico cuja função era efetivada no exercício de sua leitura, sob o auxílio da explicação do professor em sala de aula, e também, com a utilização de outros instrumentos pedagógicos, os quais possibilitariam ao aluno um melhor aprendizado do conteúdo em questão e, por conseguinte, o levariam a uma maior reflexão sobre a sociedade em que vive. Neste viés Rangel (2001, p.13) afirma que o livro didático deveria:

Contribuir efetivamente para a consecução dos objetivos do ensino de língua materna, tais como vêm definidos em documentos oficiais, como os PCNs - Parâmetros Curriculares Nacionais, assim é necessário que ele abstenha-se de

³ O Programa Nacional do Livro Didático é a mais antiga política de Estado voltada à distribuição de obras didáticas aos estudantes da rede pública de ensino brasileira e iniciou-se, com outra denominação, em 1937. Ao longo desses 80 anos, o programa foi aperfeiçoado e teve diferentes nomes e formas de execução. Atualmente, o PNLD é voltado à educação básica brasileira, tendo como única exceção os alunos da educação infantil (RAMOS, 2018).

preconceitos discriminatórios e, mais do que isso, seja capaz de combater a discriminação sempre que oportuno.

Desta forma, o livro cumpriria o papel de estimulador da cidadania, produzindo efeito contrário a todo e qualquer tipo de preconceito e discriminação dentro ou fora da escola. Entretanto, Silva (2001) afirma que esse papel não está sendo cumprido, sobretudo quando se refere a representação do negro no livro didático:

Por ser o principal portador de conhecimentos básicos das variadas disciplinas que compõem o currículo dentro das escolas, o livro didático torna-se um dos recursos mais usados em sala de aula, e um instrumento pedagógico bastante difundido, por isso facilita à ação da classe dominante de registrar como quer e como lhe convém a imagem do negro na sociedade brasileira.

É notável a diferença existente entre o livro didático na sociedade atual e o que tínhamos ao final do século XIX e início do século XX, entretanto, essas mudanças ocorridas não foram suficientes para descarregar-lo de conteúdos e conceitos suplantados, os quais ainda difundem estereótipos e preconceitos. Tais livros costumam expor imagens que no olhar dos alunos aparentam ser meramente ilustrativas, causando assim dificuldades para que o aluno relacione o conteúdo trabalhado na aula e a imagem exposta, tendo em vista que a função destas imagens ‘adulteradas’ é repassar um ideal e não um conhecimento.

Temos por exemplo desta ideia o relato de Silva e Santos (2005, p. 06), o qual afirmam que um dos modelos de estereótipos apresentados no livro didático é aquele que demonstra:

a exaltação dada ao continente Europeu como o maior exemplo de povo civilizado, este caráter atribuído pela forma como os portugueses conquistaram as terras hoje brasileiras e as expandiu e organizou submetendo os povos indígenas encontrados ou grande parte deles que estavam ocupando essas terras há séculos, e os negros trazidos da África criando vários conceitos e preconceitos [...] em nossos livros didáticos sem que haja na grande maioria das vezes uma desconstrução e problematização em relação às condições que estes povos vivem hoje.

A partir do posicionamento dos autores acima, torna-se evidente que o livro didático pode assumir o papel de difusor e perpetuador de ideários estereotipados e distorcidos no cenário educacional. No que tange a representação, não só do povo negro, mas também de outros povos, como o indígena, por exemplo é sempre carregada de estereótipos e ideologias excludentes. Diante deste viés, Silva e Santos (2005, p. 04), lembram que a função do livro didático não se resume a apresentar um conhecimento pronto e acabado, e sim:

ser um instrumento pedagógico que no exercício de sua leitura, sob o auxílio da explicação do professor em sala de aula, e também com o uso de outros instrumentos pedagógicos como ferramentas que possibilite um melhor aprendizado, levem ao aluno aprender esse conteúdo e por consequentemente o leve a ter uma

maior reflexão sobre a sociedade em que vive, porém quando o professor utiliza somente o livro didático como uma única fonte de conhecimento histórico, está assumindo de frente aos alunos a característica de que o livro é cem por cento detentor da verdade histórica.

Em consonância a isto, percebe-se que o ensino mediante a utilização do livro didático não só de história, bem como das demais disciplinas, necessita se desvencilhar de metodologias baseadas na inculcação de conteúdos e na memorização de datas e acontecimentos, e passar a utilizar questionamentos acerca dos conteúdos, acontecimentos e datas abordadas, de forma a levar os alunos ao exercício crítico de reflexão, ou seja, exercitar a práxis pedagógica.

Outra questão acerca do ensino de história e que perpassa pelo conteúdo das coleções didáticas de história, é a apropriação de conceitos por vezes preconceituosos e ultrapassados, temos como exemplo a visão estereotipada do negro e do índio dentro do livro didático, a começar pelas relações de opressor e oprimido dentro do âmbito escravocrata, e a visão do índio como ser romantizado e ingênuo através da literatura, que estão totalmente distante do que foi e do que o cotidiano indígena e afrodescendente do nosso país. Estereótipos que perpassam até por questões que parecem simples, mas que há muito tempo já foi desconstruído, como no caso do “descobrimento do Brasil” que hoje sabemos que foi mais uma invasão do que um “descobrimento” (SILVA; SANTOS, 2005, p. 07).

O texto tecido até aqui, permite evidenciar a origem do livro didático e de seu uso na sala de aula e também ajuda observar a importância de o professor entender que tal ferramenta não é o currículo em si, para que assim trabalhe os conteúdos como conhecimentos a serem questionados. Isso significa que cabe ao professor desmistificar certos fatos ocorridos na história e abordados no livro didático, o descobrimento do Brasil é um deles. É papel do professor mediar o conteúdo que chega ao aluno, e desta forma, cabe a ele provocar reflexões acerca do conteúdo trabalhado, e não repassar as informações contidas no livro didático como verdades absolutas. Enfim, o professor deve recorrer a outros meios de informação para trazer outros lados da história, outros pontos de vistas, outras verdades, que corrobore para questionar visões universais.

3.2 CONCEITUANDO: REPRESENTAÇÃO E CURRÍCULO

Ao abordarmos a relação estabelecida entre a pessoa negra e o livro didático, consideramos necessário conceituar representação e currículo, entendidos como elementos norteadores desse processo no âmbito escolar. Em outros termos, significa que ambos conceitos são de grande relevância para compreendermos do ponto de vista teórico e, também, ideológico e simbólico as tessituras construídas acerca da população negra, sua identidade,

sua cultura. E quando falamos de representação em nosso entendimento, falamos de igual modo de um aspecto evidenciado no currículo escolar.

Desse modo, para tratar o conceito de representação recorreremos a Chartier (1988). Para este autor representação configura-se como,

Um instrumento de conhecimento mediato, que faz ver um objeto ausente através da sua substituição por uma “imagem” capaz de o reconstituir em memória e de o figurar tal como é. Algumas dessas imagens são bem materiais e semelhantes, como os bonecos de cera, de madeira ou de couro, apelidados justamente de representações [...] outras, porém, são pensadas num registro diferente: o da relação simbólica que, para Furetière, consiste na “representação de um pouco de moral através das imagens ou das propriedades das coisas naturais [...] o leão é o símbolo do valor; a esfera, o da inconstância; o pelicano, do amor paternal. (CHARTIER, 1988, p.20)

Então, a representação de algo ou alguém pode abarcar outras dimensões que vão além de sua personificação visual, como por exemplo, a relação simbólica e ideológica existente entre a representação e o ser representado. Neste viés, Chartier (1988) mostra que a relação transpassa a moral do ser representado. Trazendo tal afirmativa para nosso contexto, temos que a representação atribuída ao negro no livro didático pode carregar tal responsabilidade, tanto de representar sua imagem, quanto sua moral e estima para a sociedade. Em consonância a isto, no que concerne à representação do negro no livro didático, Lima expõe que:

Aparecem vinculados à escravidão. As abordagens naturalizam o sofrimento e reforçam a associação com a dor. As histórias tristes são mantenedoras da marca da condição de inferiorizados pela qual a humanidade negra passou. Cristalizar a imagem do estado de escravo torna-se uma das mais eficazes de violência simbólica. Reproduzi-la intensamente marca, numa única referência, toda a população negra, neutralizando-se, assim, uma inferiorização datada. A eficácia dessa mensagem, especialmente na formatação brasileira, parece auxiliar no prolongamento de uma dominação social real. O modelo repetido marca a população como perdedora e atrapalha uma ampliação dos papéis sociais pela proximidade com essa caracterização, que embrulha noções de atraso (LIMA, 2005, p.103).

Silva (2005) complementa a ideia de Lima (2005) ao frisar que o livro didático no ato de reforçar a imagem do negro como escravo acaba por esquecer as particularidades realmente importantes de sua história e cultura, portanto, restringe a representação deste povo apenas à um produto, uma mercadoria.

A presença do negro nos livros, frequentemente como escravo, sem referência ao seu passado de homem livre antes da escravidão e às lutas de libertação que se desenvolveu no período da escravidão e desenvolve hoje por direitos de cidadania, pode ser corrigida se o professor contar a história de Zumbi dos Palmares, dos quilombos e das insurreições ocorridas durante a escravidão (SILVA, 2005, p.25).

Mediante isto, tem-se um currículo que transmite uma visão unilateral cuja população negra é atrelada ao período da escravatura, com isso o negro é sempre tratado como o escravo, concepção está ancorada no ideal ariano⁴, fomentando o sentimento de segregação racial na sociedade. Fanon (2008) reforça esta ideia ao expor que a relação entre o branco e o negro acaba por sofrer o encargo da associação de imagens negativas e de inferiorização do negro. Desta forma, o branco tende a se colocar como superior ao negro e desprezá-lo, em função, sobretudo, de sua cor:

Era a raiva; eu era odiado, detestado, desprezado, não pelo vizinho da frente ou pelo primo materno, mas por toda uma raça [...] Tomei a decisão de me defender. Como boa tática, quis racionalizar o mundo, mostrar ao branco que ele estava errado. (FANON, 2008, p.109)

Em outro relato, este autor aponta a reprodução de ideais negativos e depreciativos em relação a imagem do negro, tendo em vista que, esse sentimento de diferença e superioridade de raças vem sendo inculcado desde cedo na cabeça das “crianças brancas”:

O preto é um animal, o preto é ruim, o preto é malvado, o preto é feio; olhe, um preto! Faz frio, o preto treme, o preto treme porque sente frio, o menino treme porque tem medo do preto, o preto treme de frio, um frio que morde os ossos, o menino bonito treme porque pensa que o preto treme de raiva, o menino branco se joga nos braços da mãe: mamãe, o preto vai me comer! (FANON, 2008, p.107)

No exposto evidencia-se que o ideário negativo acerca do negro foi transmitido as crianças brancas ao longo da história como estratégia de manutenção da supremacia branca. Isso chama atenção para a importância e necessidade de se ter uma proposta educativa que trate a pessoa negra como sujeito ativo no processo histórico de construção social. Assumir tal postura é uma maneira para superar a visão que restringe o negro a imagem de escravo, concepção que causa a descaracterização da identidade social, cultural e histórica do negro. Desta forma, recai sobre o professor mediador dos conteúdos, selecionados nos livros, a responsabilidade de transmitir de forma reflexiva a história e a cultura da população negra, dando ênfase aos movimentos, lutas e insurreições que fizeram do negro aquilo que é, bem como de sua importante contribuição a tudo que temos.

Negrão (1986, p. 87 Apud RIBEIRO, 2013, p. 12) comunga com este posicionamento ao sugerir que a discriminação do negro no livro didático se faz pelo “escamoteamento da sua história, assim como pelo alijamento do cotidiano e da experiência

⁴ Este termo foi utilizado pela primeira vez pelo diplomata e escritor francês conde Arthur de Gobineu (1806-1882), para quem existia na era antiga um povo superior, os arianos. Gobineu, defendia que todos os povos europeus de raça “pura” branca eram descendentes do antigo povo ariano – palavra que significa “nobre” – considerado o modelo de civilização. Adolf Hitler retomou este conceito de Gobineu para justificar sua política de extermínio dos Judeus e povos não-arianos (SOUZA, 2017).

da criança negra no ato de criação dos personagens e do enredo da literatura didática”. Ribeiro (2013) apoiada em Nadai (1993), concilia seu posicionamento à ideia de Negrão (1986) ao afirmar que:

o negro africano, assim como as populações indígenas, nos livros didáticos, é compreendido não em sua especificidade étnico-cultural, mas na função de cooperador da obra colonizadora/civilizatória comandada pelo branco português, europeu e cristão – o personagem principal no cenário histórico. (NADAI, 1993 apud RIBEIRO, 2013, p.42).

Na condição de cooperador do projeto colonial, a especificidade histórico-social da população negra passa a ser irrelevante, o que explica a exclusão e subalternidade desses povos e sustenta a dominação e hegemonia daqueles que auto intitulam personagens principais do cenário histórico da humanidade. Cabe ressaltar que na configuração da representatividade, um elemento diferencial é a linguagem visual, que acaba por destacar a figura do negro sempre de modo a inferiorizá-lo.

Conforme Silva (2005):

Ao veicular estereótipos que expandem uma representação negativa do negro e uma representação positiva do branco, o livro didático está expandindo a ideologia do branqueamento, que se alimenta das ideologias, das teorias e estereótipos de inferioridade-superioridade raciais, que se conjugam com a não legitimação pelo Estado, dos processos civilizatórios indígenas e africanos, entre outros, constituintes da identidade cultural da nação (SILVA, 2005, p,23).

A partir do posicionamento da autora, pode-se considerar que ao expor, representar ou retratar de forma “distorcida”, discriminatória e negativa o negro, o livro didático torna-se um veículo de transmissão e perpetuação de estereótipos de superioridade do branco em detrimento do negro. Tal fator, fomenta a pirâmide classificatória de raças, a qual na visão do homem branco, ele sempre estará no topo e o negro na base.

Sant' Ana (2005) vem corroborar com este posicionamento ao expor alguns pontos que abordam a representação do negro no livro didático. Estes foram detectados a partir de dados levantados por muitos pesquisadores:

- 1) Nas Ilustrações e textos o negro pouco aparece e, quando aparece, está sendo representado em uma situação de inferiorização comparado ao branco;
- 2) Pouco ou nada está ilustrado sobre a família negra, é como se a criança negra não tivesse família.
- 3) Os textos presentes nos livros fazem a criança pensar que a raça branca é mais bonita e mais inteligente;
- 4) Nos textos sobre a formação étnica do Brasil são mostrados o índio e o negro; o branco não é mencionado (em alguns casos) já é pressuposto;
- 5) Índios e negros são geralmente citados no passado, como se não existissem;
- 6) Os textos de história e estudos sociais limitam-se as referências sobre as contribuições tradicionais dos povos africanos. (SANT'ANA, 2005, p. 57)

Os enunciados demonstram que por meio da escrita ou da imagem a pessoa negra no livro didático ocupa o lugar da inferioridade. Com isso, a autora nos permite entender o motivo pelo qual a criança negra não se vê representada no livro didático, tão pouco seus familiares e sua realidade. Desta forma, as imagens e textos contidos nesta ferramenta, evidenciam um currículo discriminatório e tendencioso, que influencia abertamente na formação dos alunos, os quais são apresentados a uma visão excludente. Tal visão atribui ao negro papel de inferior, devido a isso,

a população negra não se vê registrada nos conteúdos escolares, exceto como peça/produto comercial e força de trabalho no período colonial [...] onde o negro sempre aparece exposto em situações de submissão e de passividade frente à escravidão, não há espaço para refletir outras experiências vividas pelos negros, ou seja, parece não haver outra história desses indivíduos, a não ser aquela atrelada à escravidão” (AMÂNCIO, 2008, p.36).

É possível considerar que ao invés de minimizar o encargo de um período de escravidão pelo negro, as representações visuais e textuais nos livros didáticos parecem promover a imagem do negro como sinônimo de escravo. Alvares (2003, p. 45) reafirma esta ideia ao expor que “a invisibilidade de imagens positivas e que valorizem os negros nos conteúdos dos livros didáticos de História é um aliado ferrenho na perpetuação de estereótipos e das ideias racistas no Brasil”.

O posicionamento desses autores, coloca em evidência que o livro didático, acaba por omitir o processo histórico-cultural, a realidade e o cotidiano da população negra. E quando o negro aparece é representado de forma estereotipada, o que ajuda a promover a segregação racial, a negação da identidade e baixa autoestima do aluno negro. Diante de tais fatores, compreende-se que o livro didático se torna um instrumento de perpetuação do sentimento de inferioridade e subalternidade racial na sociedade.

O livro é assim, uma potencial ferramenta do currículo oficial. É um produto das intenções e interesses econômicos, políticos e sociais da classe que está no poder. Como escreve, Macedo (2004, p.106):

[...] é preciso, de início, reconhecer que os livros didáticos não são objetivos ou factuais, mas produtos culturais que devem ser entendidos como o resultado complexo de interações mediadas por questões econômicas, sociais e culturais. Ou seja, os livros didáticos expressam a materialização de conflitos entre grupos para hegemonizar suas posições. É claro que esses conflitos não se dão num vazio econômico e social, com visível interferência, por exemplo, de um mercado editorial poderoso [...]

Todavia, não podemos tratá-lo unicamente como mecanismo de reprodução de um currículo tradicional, hegemônico e excludente. Também se faz necessário entender que os

livros didáticos não estão inertes as interações sociais, econômicas e culturais existentes entre os diversos grupos sociais, assim como não estão isentos de sofrer influências de interesses de pessoas e grupos específicos em sua reprodução. Eles são veículos de informação capazes de abarcar conteúdos, definições, conceitos, histórias, descrições variadas, eventos, entre outros. Ele pode registrar ideários, valores, bem como as mais variadas informações que atendam aos interesses de pessoas, de grupos, de entidades ou de governos, disseminando-as com igual intensidade, daí sua relevância para o currículo.

O livro didático é, na verdade, um veículo do currículo. Tomaz Tadeu da Silva (2007, p.150), argumenta que currículo é um mecanismo que carrega intenções, interesses,

significados que vão além daqueles aos quais as teorias tradicionais nos confinaram. O currículo é lugar, espaço, território. O currículo é relação de poder. O currículo é trajetória, viagem, percurso. O currículo é autobiografia, nossa vida, *curriculum vitae*: no currículo se forja nossa identidade. O currículo é texto, discurso, documento. O currículo é documento de identidade.

Este autor compreende o currículo sob três vertentes, a tradicional, a crítica e a pós-crítica. A tradicional concentra-se em ser apenas uma teoria neutra, científica e desinteressada, enquanto as vertentes crítica e pós-crítica, em contraste a tradicional, argumentam que nenhuma teoria é neutra, científica e desinteressada, mas que toda teoria do currículo está inevitavelmente implicada em relações de poder. Desta forma, entende-se que os livros didáticos apontam o negro de acordo com o currículo tradicional, à medida que este acolhe com mais facilidade “o *status quo*, os conhecimentos e os saberes dominantes” (SILVA, 2007, p.16).

Podemos dizer que os livros didáticos, veículo do currículo envolve relações de poder. Pois, é o currículo quem define o que deve ou não ser ensinado na escola, isto é, a cultura de determinada classe e o conhecimento de determinado grupo. Pelo texto tecido até aqui, o currículo atende os interesses da classe dominante, no caso, coletivos e indivíduos de origem branca, os quais tem o negro como inferior. Nesse cenário o livro didático tem funcionado como veículo para manter tal concepção, que com a Lei Nº 10.639/03 começa a mudar, como veremos no próximo tópico.

Conforme Lopes (2007, p.212) o livro didático é tido como “um padrão curricular desejável, mesmo quando se considera a possibilidade de que ele seja modificado de alguma forma. A defesa de sua distribuição às escolas é primordialmente vista como a forma mais efetiva de apresentar uma proposta curricular aos professores e alunos”. O autor reforça ainda, a ideia do livro didático enquanto um orientador pedagógico do trabalho docente, constituindo-se em um elemento unificador ou formador de uma matriz curricular comum.

Entretanto, ao mesmo tempo em que este livro é utilizado como balizador para os conteúdos escolares, é preocupante a maneira como o mesmo se constitui, na maior parte das escolas, como único elemento regulador das questões curriculares. Como expressa Lopes (2007, p.220):

Dada a centralidade do livro na constituição de um currículo nacional, antes mesmo das recentes políticas centralizadoras de currículo e de avaliação, seria de esperar maior preocupação em entender o livro didático como um texto curricular com poder significativo sobre as práticas curriculares. Historicamente o livro se consagrou como a forma mais eficiente de apresentar uma proposta curricular aos professores e alunos.

Observando a maleabilidade existente no que se relaciona a escolha unilateral do que deve estar contido no livro didático, Martins, Sales e Souza (2009, p.20) destacam que isto é uma “tentativa de os governos controlarem o que, como e de que forma se ensinam os conteúdos em uma disciplina escolar”. Desta forma, o livro pode assumir o papel de re/produtor da cultura e de interesses particulares de determinados grupos sociais, à medida que apresenta uma visão hegemônica de conhecimento e de sociedade.

Desta maneira, ao se conceber o livro didático como instrumento norteador do currículo no transcorrer das atividades pedagógicas, se faz necessário que os educadores estejam cientes de que este livro é um produto cultural, cujos saberes, conhecimentos, informações e propostas nele expressos, são conduzidos pela visão de um grupo de pessoas, ou de autores das coleções, de editoras, de governos, entre outros, que, por vezes, podem expor de maneira implícita, uma concepção tendenciosa e unilateral nos registros impressos, o que pode vir a gerar desvios de foco no currículo, gerando disparidade entre aquilo que se mostra e aquilo que se pretende alcançar com o que se está mostrando.

Neste contexto, parece cabível a compreensão de que o livro didático, principal meio de divulgação do currículo no ambiente escolar, frente a possibilidade da disseminação unilateral de ideologias implícitas advindas de interesses particulares de grupos sociais dominantes, não pode ser tomado como única e inquestionável fonte de difusão do currículo, bem como, não pode ser o exclusivo norteador das práticas escolares pertinentes ao componente curricular em análise, neste caso o negro e suas representações.

Assim, a partir do momento que o negro compreender por si só sua importância e a relevância histórico-cultural de seu povo à sociedade, bem como que sua história vai muito além de um período obscuro encoberto pela penumbra da escravidão, a partir disto, novos caminhos se abrirão para superar os mais diversos tipos de preconceito, principalmente o de cor. Temos por certo que avanços já foram conquistados no que condiz ao cenário nacional, um destes progressos é a Lei 10.639/03.

3.3 A LEI 10.639/03: MUDANÇA NA REPRESENTAÇÃO NEGRA EM LIVROS DIDÁTICOS

Neste cenário de discursões acerca da cultura negra e afro-brasileira no país, em 09 de janeiro de 2003 foi sancionada a Lei Nº 10.639/03 que faz alterações à Lei de Diretrizes e Bases da Educação e postula exigências acerca da obrigatoriedade da discussão de abordagens e temas relacionados à História e à Cultura Afro-brasileira nos diferentes níveis de ensino da educação básica e no âmbito das disciplinas de Artes, Literatura e História brasileira. De acordo com esta lei “o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na sociedade nacional, coopere para o resgate da contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes a história do Brasil” (BRASIL, 2003, p.1).

Almeida e Sanches (2015, p. 57), argumentam que a aprovação da Lei Nº 10.639/03 é um importante marco legal e governamental para reconhecer a população de tradição africana seja reconhecida como sujeitos de direitos. Esclarecem os autores:

Essa aprovação, fruto de longa história de lutas pelo reconhecimento e pela reparação das desigualdades entre populações brancas e negras no Brasil, é vista como marco do avanço no tratamento da questão do ponto de vista governamental e legal, já que declarar direitos é um recurso político pedagógico que expressa um modo de conceber as relações sociais dentro de um país (ALMEIDA; SANCHEZ, 2015, p.57)

Essa lei surge com o intuito de amenizar as práticas discriminatórias apresentadas principalmente nos livros didáticos e garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira, na qual, os negros são considerados históricos, valorizando-se, portanto, o pensamento e as ideias de importantes intelectuais negros brasileiros. Ressalta-se ainda, que com esta Lei foi instituído o Dia Nacional da Consciência Negra (20 de novembro) em homenagem ao dia da morte do líder quilombola, o negro Zumbi dos Palmares.

Prado e Fátima (2016) comentam que,

Para regulamentar esta lei, o conselho Nacional de Educação, por meio de seu Conselho Pleno, elaborou o parecer nº CNE/CP 003/04 de 10 de março de 2004, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (PRADO; FATIMA, 2016, p.126).

Desta forma, com o intuito de acatar as requisições da citada lei, os livros didáticos precisaram inserir conteúdos e conceitos referentes à História e a Cultura Afro-brasileira, provocando assim o reconhecimento e o respeito a história e a cultura da população negra. A partir disso, tem-se a possibilidade de um outro olhar sobre a história do negro, e, por

consequente, muda-se a forma de representá-lo, condição fundamental para começar a superar na escola a segregação racial. O livro didático passa nesse sentido, dar subsídios que auxiliem na formação e desenvolvimento de indivíduos capazes de compreender a sociedade como um produto da pluralidade e diversidade em seus mais diversos âmbitos.

Entretanto, para cumprir tais conteúdos programáticos e se promover um ensino satisfatório é necessário contar com uma formação de professores adequada, pois “a temática implica em enfrentar e desconstruir o mito da democracia racial, tratando de forma adequada as questões raciais existentes na escola e principalmente em sala de aula” (PRADO; FATIMA, 2016, p. 127). Tal fator, passa a exigir dos docentes conhecimento e formação específica capazes de dar base a execução de um planejamento que garanta o cumprimento das exigências postuladas pela lei, bem como, que abarque os objetivos da Resolução nº 1 de 17 de junho de 2004 CNE/CP em seu Art. 2º que estabelece:

1º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação e produção de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira. (BRASIL, 2004, p.1)

Evidencia-se a partir disto, o papel fundamental que a escola exerce quando se trata da construção e transmissão de conhecimento, o qual deve ser administrado com o devido cuidado, de forma a não inculcar aos alunos supostas “verdades”, consideradas prontas e acabadas. Deve-se considerar tal fato, principalmente quando se trata de contar a história de alguma etnia a turma. Entendemos que, a forma como essa história será contada, revelará aos alunos a relevância histórica, social e cultural dos povos africanos, afro-brasileiros, indígenas.

No entendimento de Bitterncourt (2003), a lei em destaque coloca em evidência a crítica apontada por historiadores que a História brasileira ensinada indica um passado único em que prevaleceu uma visão homogênea. Comenta o autor:

a crítica fundamental e que tem sido repetida inúmeras vezes por historiadores, especialmente os que se dedicam ao ensino, é a de que a História do Brasil tem sido ensinada visando construir a ideia de um passado único e homogêneo, sem atentar para os diferentes setores sociais e étnicos que compõem a sociedade brasileira [...] a ideia de um povo homogêneo com um passado único se consolidou por intermédio da difusão de que somos um povo caracterizado pela democracia racial (BITTENCOURT, 2003, p. 198).

Deve-se considerar que a teoria da democracia racial citada por Bittencourt “foi criada para omitir as diferenças sociais e fundamentar a homogeneização cultural” (PRADO; FATIMA, 2016, p.130). Desta forma, esta teoria fortalecia a ideia da não existência de conflitos entre raças, bem como da ausência do racismo, dos preconceitos étnicos e de

qualquer tipo de discriminação, estratégia que serve para sustentar a inferioridade dos povos indígenas, africanos e, ao mesmo tempo, elevar a superioridade dos brancos europeus e norte-americanos.

Daí a importância dessa lei, a qual não se prende a introduzir novos conteúdos ao currículo, mas também, possibilita a construção de novos olhares acerca da memória e da contribuição do povo negro nas diversas áreas que compõem a sociedade. A lei contribui desse modo com novas discursões acerca das relações sociais e étnico-raciais e como estas relações estão sendo abordadas e trabalhadas pelos professores em sala de aula.

O resgate da memória coletiva e da história da comunidade negra não interessa apenas aos alunos de ascendência negra. Interessa também aos alunos de outras ascendências étnicas, [...] essa memória não pertence somente aos negros. Ela pertence a todos, tendo em vista que a cultura da qual nos alimentamos quotidianamente é fruto de todos os segmentos étnicos que, apesar das condições desiguais das quais se desenvolvem, contribuíram cada um do seu modo na formação da riqueza econômica e social e da identidade nacional (MUNANGA, 2005, p.16)

Desta forma, a lei surge com o potencial de permitir aos alunos negros o “reconhecimento e a valorização, subjetivos e simbólicos, de sua identidade e de sua importância na formação da sociedade brasileira” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2015, p.58). Assim, torna-se evidente que a lei representa um avanço na democratização do currículo, entretanto fica a cargo do professor mediador saber conduzir tais conteúdos em sala de aula, possibilitando reflexões que levem aos alunos a compreender a real história do povo negro, encoberta por anos e anos de escravidão.

A lei 10.639/03 tem, assim, caráter compensatório, ao possibilitar a desconstrução de mentalidades e práticas preconceituosas, sequelas deixadas pelo longo período de escravização, visto que as desigualdades raciais ou de gênero, como quaisquer outras, não se inscrevem na lógica da natureza, mas na lógica das relações [...] são socialmente criados; podem e devem ser politicamente dirimidos (SISS, 2003, p.34).

Sabe-se então, que a lei por si só não garante a mudança de posturas, concepções, ao contrário precisa ser de fato materializada. Em todo caso trata-se de uma lei que pode ser entendida como “mais um instrumento para que, na dinâmica sociopolítica e no próprio cotidiano escolar, com todas as contradições, conflitos e embates que ali se dão, sejam produzidos os significados e valores em torno do conteúdo” (ALMEIDA; SANCHEZ, 2015, p.59).

Com isto, entende-se que, é no calor das construções e contradições cotidianas que o ensino da história e cultura afro-brasileira deve e precisa ser trabalhado. O debate crítico e reflexivo é estratégia para que haja mudança nas relações sociais desiguais. A lei pode

potencializar a redução das desigualdades sociais, a gradual desconstrução de estereótipos, práticas e mentalidades sociais que incitam a discriminação. Contudo, tal fator só pode ser alcançado através de tentativas em estabelecer diálogos entre múltiplas concepções e visões, sem preestabelecer a superioridade de uma em detrimento das demais, bem como através da “construção coletiva de uma realidade que contemple a diversidade, garantindo que alguns grupos não apenas deixem de ser responsabilizados por não se adequarem aos espaços que o discriminam, mas também saiam do seu local de invisibilidade, silenciamento, exclusão” (Idem, 2015, p. 59).

Diante disto, a escola deve se apresentar como espaço que propicie estes diálogos, de forma a considerar as mais diversas opiniões, visões e posicionamentos, expressas pelos alunos acerca de um conteúdo, de forma a alcançar uma construção coletiva do conhecimento, sem apresentar verdades pré-estabelecidas, as quais não podem ser questionadas. Ao contrário, cabe ao professor conduzir e mediar discursões em sala de aula que levem aos alunos tecer críticas e contribuições, bem como refletir acerca dos conteúdos e informações impostas a eles, seja pelo currículo, seja pelos instrumentos didáticos utilizados em sala de aula, em principal o livro didático.

Assim, a escola se efetivará como ambiente de construção crítica e autônoma de conhecimentos, de modo a se desvencilhar do papel de mera reprodutora de conteúdos e ideologias estabelecidos previamente por uma seleta classe de pessoas, as quais muito interessa sustentar o sistema de divisão de classes na sociedade, bem como amparar as ideologias que acreditam na superioridade de um povo em detrimento de outro, tal classe de pessoas é denominada de Estado.

4 O NEGRO NOS LIVROS DIDÁTICOS ESTUDADOS: REPRESENTAÇÃO E SIGNIFICADOS

Este capítulo trata da análise dos livros selecionados, a saber: Projeto Buriti – Editora Moderna; Mundo Amigo – Edições SM; Da Escola para o Mundo – Editora Ática. Neste exercício, primeiro destacamos, de cada livro imagens de pessoas negras como mostrado anteriormente, no intuito de conhecer aspectos da representatividade. São imagens que nos permitem identificar como esse povo foi e é visto/representado ao longo da história.

Depois, no segundo tópico deste capítulo, tratamos da interpretação dos dados, bem como da descrição particular de cada categoria. A primeira, aponta o negro como mercadoria, peça, produto e moeda de troca, nela o negro nem é visto como homem, é representado apenas como um ser comercializável, com a única serventia de gerar lucros ao homem branco europeu.

Na segunda categoria, o negro é representado como escravo e mão de obra, onde torna-se inegável a relação de opressor e oprimido, entre o negro e o homem branco no que se refere ao âmbito escravocrata. As imagens predominantes parecem querer cristalizar o negro na visão de escravo, de classe subjugada, de forma a manter a condição de inferiorizada pela qual a população negra passou. A terceira categoria aborda a multifaces da África, ressaltando sua história e cultura, esta expõe alguns avanços relevantes, no que condiz ao combate de estereótipos discriminatórios associados a imagem do negro no livro didático.

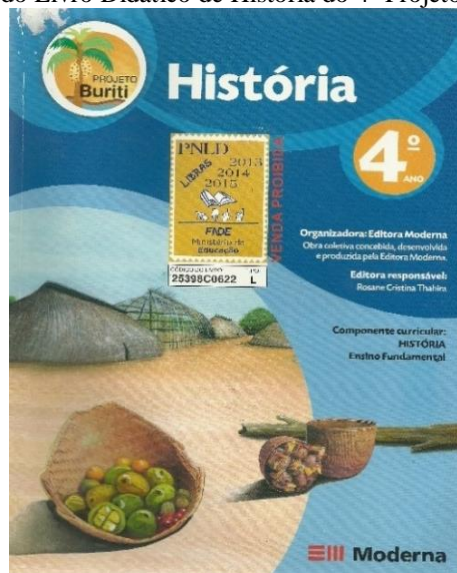
A partir da delimitação destas categorias, destacamos que apenas dois livros didáticos (Projeto Buriti e Mundo Amigo) analisados tiveram seus dados inclusos nas três categorias, o que significa que os dados coletados do terceiro livro didático (Da Escola para o Mundo) encaixaram-se apenas em uma categoria, a qual expõe acerca dos apontamentos referentes a cultura e história do povo negro. Neste sentido, é notório afirmar que a partir da análise dos dados coletados nos livros didáticos, encontrou-se uma frequência exaustiva de imagens que representam o negro como escravo, produto e mão de obra, são raras as imagens e textos que se referem ao negro de forma a exaltar sua cultura e história.

4.1 IMAGENS QUE SILENCIAM E REVELAM

As imagens selecionadas de cada livro, referem-se ao negro, sua cultura e sua história. Com a leitura dessas imagens chegamos a compreensão que são imagens que ajudam a silenciar a identidade e cultura da pessoa negra, como também relevam traços,

características do povo negro e de sua história. As imagens são claras quanto a ideia que querem repassar, representar, isto é, o negro como ser inferior. Prevalece uma imposição que o papel do negro é de subalterno. Assim, acaba por vilipendiar os aspectos históricos, culturais e identitários, e abre precedentes para que ainda na atualidade a população negra ocupe papéis de baixo prestígio na sociedade, sendo colocada sempre abaixo do homem branco, como se o período escravocrata ainda imperasse entre nós.

Figura 1: Capa do Livro Didático de História do 4º Projeto Buriti – Editora Moderna



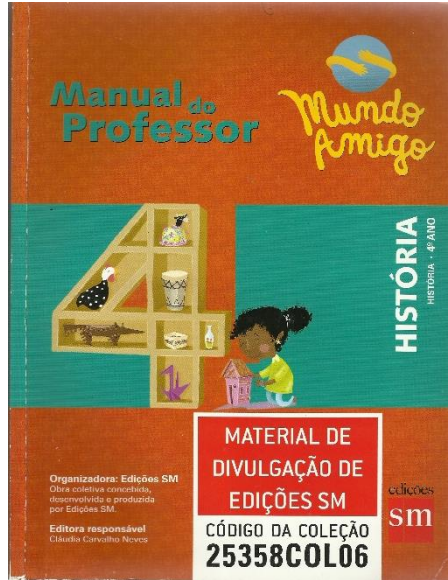
Fonte: Livro Didático de História do 4º ano Projeto Buriti

Figura 2: Capa do Livro Didático de História do 4º ano Da Escola para o mundo – Editora Ática



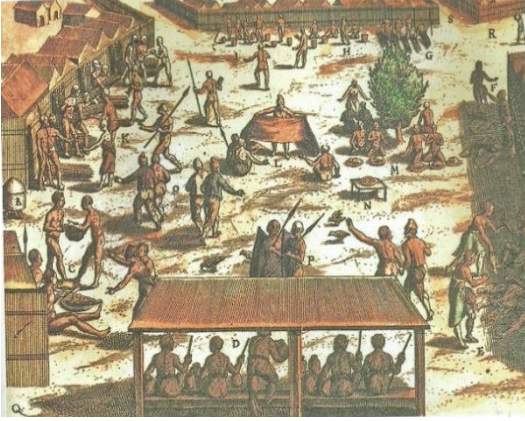
Fonte: Livro Didático de História do 4º ano Da Escola para o Mundo

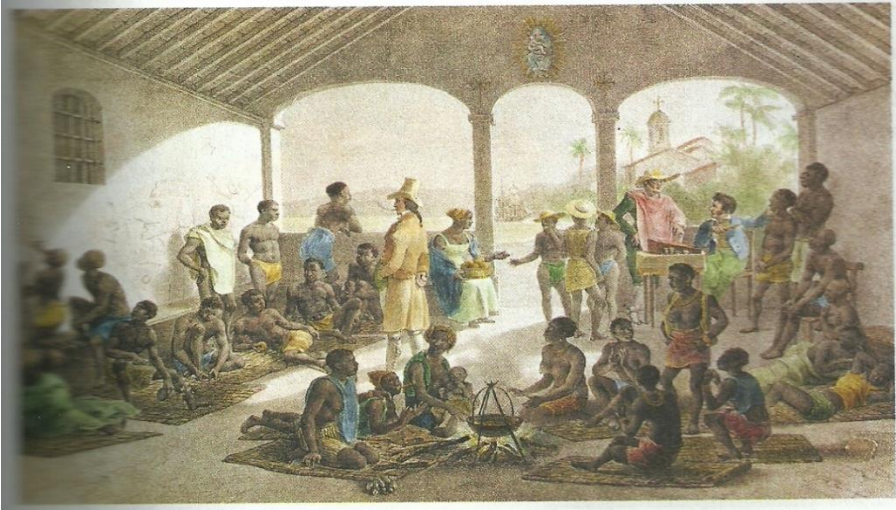
Figura 3: Capa do Livro Didático de História do 4º ano Mundo Amigo – Edições SM



Fonte: Livro Didático de História do 4º ano Mundo Amigo

Quadro 1 - Quadro Matricial da categoria “O negro enquanto peça/produto, mercadoria e moeda de troca”.

Categoria: O NEGRO ENQUANTO <u>PEÇA/PRODUTO, MERCADORIA E MOEDA DE TROCA</u>		
Livro Didático de História do 4º Projeto Burity – Editora Moderna	<p>Figura 4: Gravura de Theodore de Bry, representando troca de africanos por produtos pelos europeus (p.43).</p> 	<p>Figura 5: Gravura representando comerciante com seu “produto” - negro no congo, África (p.42).</p>  <p>Gravura representando comerciante de escravos no Congo, África, século XVIII.</p>
	<p>Figura 6: Texto que aponta o negro como mercadoria para o europeu, p.42 (<i>grifos meus</i>).</p> <p>Os europeus buscavam escravos na África Vários mercadores europeus se interessavam em comprar e vender produtos na África. Esses comerciantes negociavam diversas <u>mercadorias</u> com os povos da África, como tecidos da Índia, armas de fogo, bebidas e cavalos. <u>Em troca</u>, queriam ouro, marfim <u>e escravos</u>.</p>	

<p>Livro Didático de História do 4º ano Mundo Amigo – Edições SM</p>	<p>Figura 7: Negros escravizados sendo comercializados em galpões (p.55).</p>  <p>No Brasil, os escravizados eram comercializados em galpões e mercados. Gravura de Rugendas, século XIX.</p>
<p>LD de História do 4º ano Da Escola para o Mundo – Editora Ática</p>	<p>Figura 8: Texto que aponta a comercialização de negros escravizados como mercadoria, p.55 (<i>grifos meus</i>).</p> <p>Os que estavam doentes e muito fracos eram tratados e mais bem alimentados para que pudessem ser vendidos por um bom preço.</p> <p>No que concerne a este livro, não foram identificadas imagens ou textos que correspondessem a esta categoria.</p>

Fonte: Arquivos da Pesquisa (2019).

Quadro 2 - Quadro matricial da categoria “O negro enquanto escravo e mão de obra”.

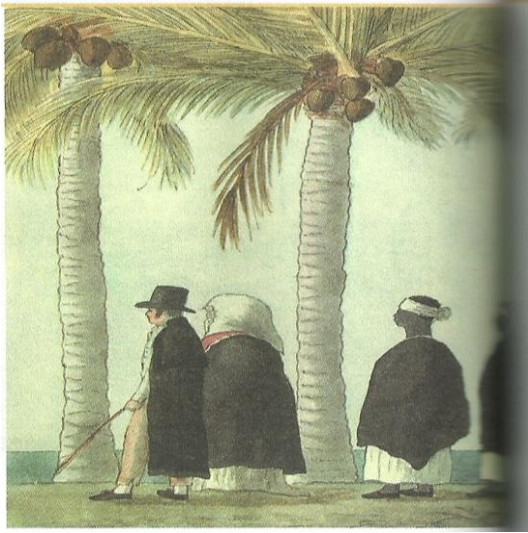

<p>Categoria: O NEGRO ENQUANTO <u>ESCRAVO E MÃO DE OBRA</u></p>	
<p>Livro Didático de História do 4º Projeto Buriú – Editora Moderna</p>	<p>Imagem 9: Casal de portugueses com duas negras escravizadas (p.60).</p>  <p>Imagem 10: Castigos sofridos pelos negros escravizados, cepo, gargalheira e máscara de flandes (p. 56).</p> 

Figura 11: Negros escravizados trabalhando em Engenho, p.63 (*grifos meus*).



Detalhe de *Engenho*, óleo sobre madeira de Frans Post, 1664.

- a) Qual construção foi representada? Qual produto era obtido nesse local?
- b) Qual mão de obra aparece trabalhando?

Figura 12: Texto que retrata as condições de vida dos negros escravizados (p.56).

As condições de vida dos negros escravizados

Os negros escravizados realizavam atividades pesadas, como derrubar a mata, preparar o solo, colher a cana, cortar lenha, construir cercas e poços.

Eles dormiam amontoados na senzala, a casa onde moravam, sem condições de higiene nem conforto. Os negros escravizados eram submetidos a variadas formas de violência. Os castigos físicos eram os mais comuns.

Figura 13: Negros escravizados trabalhando em mina de diamante (p.66).

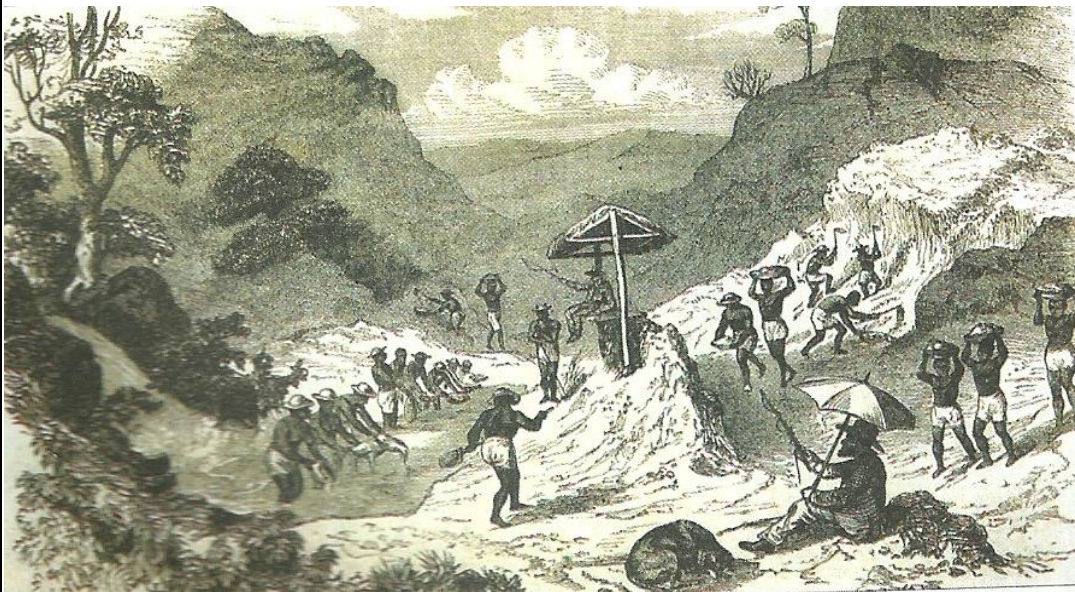
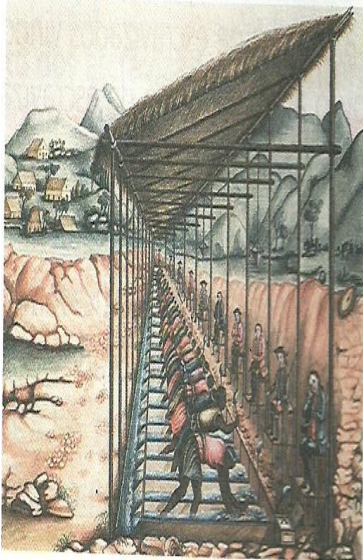


Figura 14: Negros escravizados trabalhando em minas (p.57).

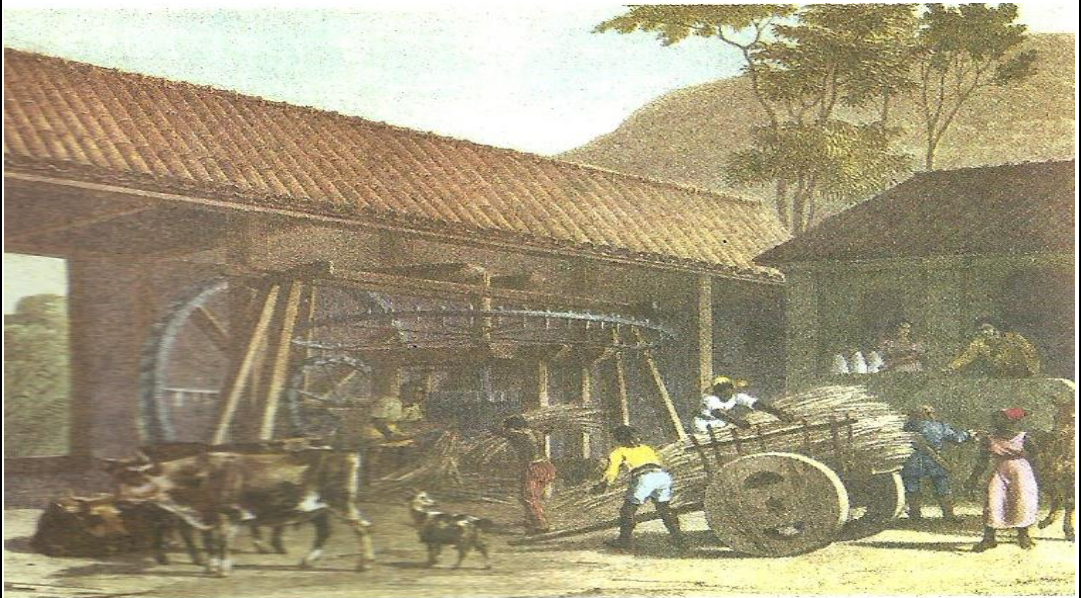


Nas minas, os escravizados trabalhavam sob vigilância constante. Carlos Julião, *Serro Frio*, gravura do século XVIII.

Figura 15: Negros escravizados trabalhando em fazenda de café (p.57).



Figura 16: Negros escravizados trabalhando em Engenho (p.56).



Livro Didático de História do 4º Da Escola para o Mundo – Editora Ática

No que concerne a este livro, não foram identificadas imagens ou textos que correspondessem a esta categoria.

Quadro 3 - Quadro matricial da categoria “As multifaces da África: História e Cultura”.


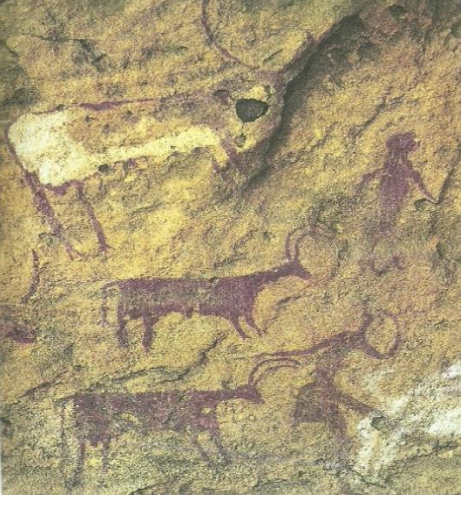
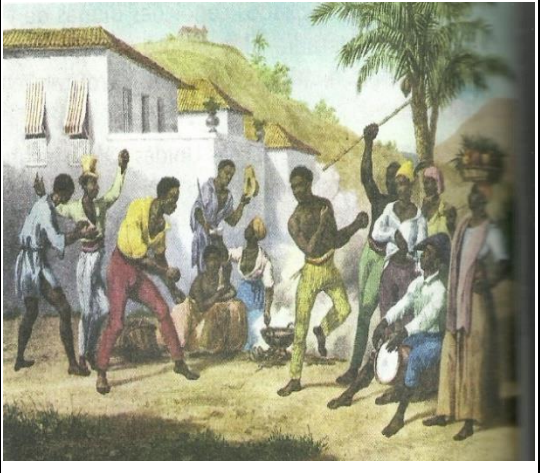



Categoria: AS MULTIFACES DA ÁFRICA: HISTÓRIA E CULTURA	
<p>Livro Didático de História do 4º ano Projeto Buriiti – Editora Moderna</p>	<p>Figura 17: Mulher <i>griot</i> segurando um <i>Kora</i>, instrumento musical africano (p.41).</p>  <p>Figura 18: Pintura rupestre em Marmar Tassili (p.41).</p> 
<p>Livro Didático de História do 4º ano Mundo Amigo – Edições SM</p>	<p>Figura 20: Negros jogando capoeira (p.74).</p>  <p>Figura 21: Grupo de Maracatu (p.74).</p> 
<p>LIVRO Didático de HISTÓRIA do 4º Da Escola para o Mundo – Editora Ática</p>	<p>Figura 22: Texto que aponta o capítulo do livro correspondente ao povo negro (p.08)</p>  <p>Figura 23: Texto que aponta o capítulo do livro correspondente ao povo negro (p.44)</p> 

Figura 24: Imagem que representa a diversidade étnico racial africana (p.44)



Composta de 54 países e muitas culturas, a África é um continente repleto de diversidade.

Figura 25: Danças africanas (p.30).



Gana, 2015.



Angola, 2013.

Imagem 26: Danças africanas (p.30).



Ruanda, 2012.



Quênia, 2016.

4.2 O NEGRO ENQUANTO PEÇA/PRODUTO, MERCADORIA E MOEDA DE TROCA

*“Singularmente, o colono esquecia que enriquecia com a
agonia do escravo”*

Frantz Fanon

O quadro matricial correspondente a esta categoria, nos mostra imagens e textos que descrevem o negro não como pessoa, ser humano ou qualquer outra definição de “homem”, mas sim como objeto, produto, mercadoria e moeda de troca. Fanon (2015, p.26) aponta em seu célebre discurso que, “mesmo expondo-me ao ressentimento de meus irmãos de cor, direi que o negro não é um homem”. Haja vista que, para ser considerado “homem” na visão de Fanon, este precisa estar disperso, livre e desenraizado, e esta não era uma condição que o negro se encontrava.

As imagens nos mostram lugares onde negros escravizados eram comercializados e trocados por objetos, como tecidos, armas de fogo, bebidas ou até mesmo por animais. Com isto, as imagens deixam transparecer a insignificância para qual era reduzida a vida do negro, e como esta aparentava ser muito menos relevante que a vida do homem branco europeu.

Pode-se apontar ainda que, a existência do homem negro reduzia-se apenas a gerar lucros e mão de obra para o homem branco. Tem-se então que, ao representar a imagem do negro de forma tão depreciativa, o livro didático acaba por perpetuar a cátedra de raça inferior imposta a população negra, bem como de lançar ao esquecimento as inúmeras contribuições deste povo a sociedade como a temos, contribuições estas que em nada coincidem com o período da atroz escravatura.

Cabe salientar que, ao exaltar o continente europeu como maior exemplo de povo civilizado, e em imagens predominantes atribuir a ele domínio do povo negro, o livro tende a descartar a relevância sociocultural e étnica do povo negro. Pelo fato que, ao apontar a cultura europeia como detentora de saberes, conhecimento e posses, e atribuir ao negro o servilismo, o livro didático acaba por reforçar uma imagem rebaixada do negro, esquecendo todas as suas especificidades culturais e lembrando apenas da função que no passado foi imposta a ele, de servir o homem branco.

Neste sentido, o livro didático torna-se um instrumento de perpetuação do sentimento de superioridade e segregação de raças. Isto influencia especialmente na formatação de classes sociais no Brasil, auxiliando no prolongamento de uma dominação social real. Sabe-se com isto, que ao reforçar a imagem do negro como mercadoria, o livro passa a omitir as particularidades inerentes a sua história e passa a restringir a representação deste povo apenas a um produto comercializável.

Mediante isto, considera-se que a associação de imagens negativas e de inferiorização do homem negro, tendem a influenciar ainda na atualidade, a relação entre o negro e o branco, tendo em vista os encargos deixados pelo período da cruel escravatura, o qual induz até hoje ideais racistas e discriminatórias na sociedade.

Dessa forma, partindo do pressuposto que, o desenvolvimento social do indivíduo também decorre das representações, com as quais ao longo de sua vida interagiu, pode-se considerar que “imagens exercem papéis essenciais para criação de estereótipos e pensamentos afirmativos ou negativos, principalmente no ambiente escolar, momento em que se inicia a construção da identidade individual e social das crianças” (ALVARES, 2013, p. 42).

Neste sentido, podemos considerar que, ao apresentar imagens incompletas e estereotipadas no que condiz a representação do negro, o livro didático torna-se um difusor de ideários que tem potencial de rotular e desqualificar certos grupos sociais, neste caso a população negra.

Haja vista que, segundo o discurso do autor supracitado, essas imagens contribuem para a formação da ideia que a criança concebe dos povos nela representados, de forma que a criança negra que estuda com os livros didáticos que apresentam a imagem do negro depreciado, provavelmente sentirá dificuldades densas na formação de sua identidade e na elevação de sua autoestima.

No que condiz a influência dessas imagens na formação da criança, Silva (1995, p.135) afirma ter:

um impacto sobre a construção da identidade dos educandos de ascendência africana, indígena e mestiça, que não encontram referências positivas a sua origem, a sua cultura e a sua história, omitida ou mostrada de maneira caricatural, estereotipada e folclorizada na escola.

Percebe-se com isto, a real influência que estas imagens podem exercer na formação principalmente da criança negra, que não se vê representada de forma positiva no livro didático, muito menos encontra referências que acendam a história e cultura do povo a qual pertence.

4.3 O NEGRO ENQUANTO ESCRAVO E MÃO DE OBRA

“Nada mais conseqüente em nosso meio, que um humanismo racista, uma vez que o europeu só pode fazer-se homem fabricando escravos e monstros”.

Frantz Fanon

As imagens e textos pertinentes a esta categoria, nos apontam uma visão de negro escravizado, e comumente representado como mão de obra para outros povos. Percebe-se que as abordagens visuais e textuais tendem a naturalizar o sofrimento do negro, e reforçar sua associação com a dor. Vê-se ainda, que as imagens estagnam a representação do negro enquanto escravo, o que se caracteriza como uma das mais eficazes formas de violência simbólica contra este povo.

Reproduzir a imagem do negro sempre na figura de escravo, sem referência a seu passado de homem livre antes da escravidão, e às insurreições e lutas que levaram a libertação deste povo e que ocorrem até hoje por direitos de cidadania, restringe a história do povo negro, e acaba por colocar em foco somente o pior período pelo qual este povo passou.

Assim, observa-se que as representações dos negros nos livros didáticos, estão normalmente saturadas de ideologia do grupo dominante, de forma que, a sociedade brasileira habituou-se a ver os negros desempenhando papéis sociais subalternos e desvalorizados no contexto social. Em afirmação a este posicionamento, Silva (2001, p. 14) comenta:

O estereótipo do negro estigmatizado em papéis de baixo prestígio social contribui, em grande parte, para que as pessoas de pele clara tenham adquirido o senso comum de que os negros não têm papéis e funções diversificadas e que esse é o “seu lugar” na sociedade, bem como para que muitos negros no passado interiorizassem essa representação e aceitassem como natural a estigmatização, como o seu lugar na sociedade. Por outro lado a exclusão real na sociedade é exercida através do código da “boa aparência”, que contribui em larga escala para barrar os negros que tem capacitação, para exercer os papéis e funções consideradas de prestígio social.

Em consonância a isto, pode-se afirmar que, as representações no livro didático ao invés de minimizar o encargo que o negro carrega, parecem promover a ideia do negro como sinônimo de escravo, ao apresentar imagens onde o negro está sempre exposto em situações de subordinação e passividade frente a escravidão. Desta forma, não se abre precedentes para se refletir outras experiências vivenciadas pela população negra, ou seja, parece predominar a ideia de representar o negro enquanto escravo, demonstrando pouca relevância em apresentar outra história deste povo, a não ser aquela atrelada a escravidão.

Severo (2009, p. 20) aponta que:

Por mais de 300 anos a classe dominante brasileira, aquela que tem usufruído em benefício próprio da força negra de maneira desumana, cruel e dolorosa, tem elaborado principalmente através da educação, que é o maior veículo de socialização existente, não é neutra, portanto, está ou não a serviço dos poderosos uma inculcação de valores injustos, discriminatórios, cruéis espalhando a idéia de que o negro é um ser inferior com pouca inteligência e portador de força física sempre a serviço do mais forte.

Neste viés, pode-se perceber conteúdos tendenciosos e discriminatórios, contidos nas imagens presentes no livro didático, os quais promovem um processo contínuo de

invisibilidade da população negra e inferioridade intelectual do homem negro, retratando-o apenas como dotado de força física, de forma a restringir sua atuação social a servir o homem branco. Ao que nos parece, os manuais didáticos analisados, tendem a representar, na grande maioria de suas ilustrações, a população negra como aqueles que somente trabalham a serviço do homem branco, havendo assim uma enorme disparidade entre a representação imbuída ao negro e ao branco, nestas, o negro é sempre retratado em condição inferior.

Vale salientar, que estas imagens e textos tendenciosos, as quais apresentamos nesta categoria, contradizem a Lei 10.639/03 citada nesta pesquisa, ao deixar à margem a história e a cultura africana, a identidade e resistência deste povo, bem como a perseverança e a ampla contribuição da população negra para a constituição de nosso país. Sabe-se com isto, que se os educadores “ficarem à espera do livro didático ideal terão como resultado o dano da reprodução e perpetuação das desigualdades sociais entre os diferentes grupos populacionais” (ALVARES 2013, p.44).

Em consonância a isto, dá-se a importância de os professores, juntamente com seus alunos, problematizarem as imagens dispostas nos manuais didáticos, de forma a realizar uma leitura crítica com o intuito de desmistificar os estereótipos contidos nas imagens, que suprimem todos os outros elementos sociais, conexos ao mundo cultural do negro e expõe apenas a cátedra de servilismo.

Para diminuir as distorções, o professor precisa mostrar para os alunos que é preciso “destruir” os significados estáveis das imagens, desmontar as ilusões e mitos já cristalizados sobre elas, e chegar até os diversos pontos de vista sobre aquela imagem. Essas imagens estereotipadas contidas nos livros didáticos exigem a intervenção eficiente do professor no esforço de fazer o aluno passar de uma curiosidade, uma interpretação pronta, acabada e preconceituosa, um saber confuso e estereotipado, para um saber organizado e intelectual, reflexivo e crítico (IDEM, p.44)

Pode-se inferir a partir destas afirmações, que as imagens alocadas nesta categoria, em nada contribuem para superação da visão do negro enquanto ser escravizado, afinal, não é com imagens e textos que apontam o negro como indivíduo sem qualquer prestígio social, que se superará este mal.

Ademais, estima-se que esta representação exaustivamente negativa do negro nos livros didáticos, típicos de um currículo tradicional, torna-se uma barreira para que as crianças, principalmente do ensino fundamental, ampliem o pensamento sobre outras experiências concernentes a história do povo negro no Brasil. Experiências estas como a religião, o Movimento Negro, a resistência quilombola, o combate ao racismo, bem como particularidades da própria cultura africana. Desta forma ao ter contato apenas com conteúdo que inferiorizem e rebaixem o negro diante do branco, a criança pode carregar consigo a ideia

de que o negro é de fato inferior ao homem branco, perpetuando assim, os estereótipos de ideias racistas em nosso país.

4.4 AS MULTIFACES DA ÁFRICA: HISTÓRIA E CULTURA

“Há dois séculos eu estava perdido para a humanidade, eternamente escravo. Depois alguns homens vieram a declarar que tudo aquilo já tinha durado demais. Minha tenacidade fez o resto; fui salvo do dilúvio civilizador. Avancei...”

Frantz Fanon

Muito já se foi falado acerca da representação depreciativa que o livro tem relacionado a imagem do negro, contudo abordaremos nesta categoria alguns ganhos e avanços relevantes, no que condiz ao combate deste tipo de estereótipos adotado pelos manuais didáticos. Estabelecemos esta categoria com o objetivo de demonstrar que sim, há possibilidades de se suprimir dos livros didáticos, os estereótipos de povo escravizado e nação eternamente aprisionada, atribuídos ao povo negro.

Tal combate pode ser realizado através de imagens e textos que abordem a relevância da cultura negra para a sociedade historicamente constituída, bem como suas especificidades que em tanto contribuem para o enriquecimento da cultura mundial. É notório apontar, que nos três livros didáticos analisados ao decorrer desta pesquisa, foram encontradas imagens que se referissem as particularidades cultura negra, contudo estas apresentam-se em minoria diante daquelas que apontam o negro como escravo.

De forma que, dentre dez imagens que se referem ao povo negro nos manuais didáticos, apenas três apontam para sua cultura e história, as demais representam este povo como escravizado e servil. Contudo, cabe salientar, que o livro didático Da escola para o mundo apresentou uma representação do negro bastante apropriada, de forma que não expôs nenhuma imagem ou texto do negro enquanto ser submisso, escravizado, como mercadoria ou mão de obra, ao contrário, expôs a cultura negra de forma a exaltar suas especificidades e características particulares, as quais fazem desta, uma cultura tão rica e diversificada.

O livro didático citado, apresentou as manifestações culturais da África, sua diversidade étnica e cultural, a cultura material africana, sua religião e a história deste povo em nosso país. Cabe salientar, que duas frases nos chamaram atenção quanto a este livro didático, estes estão expressos nas imagens dezesseis e dezessete desta categoria, os quais apontam as seguintes frases: “África, tecendo novos olhares; Uma África muitas faces”, pode-se perceber com estas palavras, uma representação da cultura negra de forma pluralizada e

não restritiva, ressaltando as belezas e riquezas desta cultura que se faz tão importante para a sociedade, como as demais.

Ao retratar o homem negro sob uma nova perspectiva, compreendemos que a elaboração deste manual sofreu influências das exigências postuladas pela lei 10.639, haja vista, que esta demanda a obrigatoriedade da discussão de abordagens e temas relacionados à História e à Cultura Afro-brasileira nos diferentes níveis de ensino da educação básica, como já foi citado neste texto. Vê-se então, que este livro didático apresenta-se como um progresso alcançado através desta lei, a qual não se prende a introduzir novos conteúdos ao currículo, mas também, possibilita a construção de novos olhares acerca da memória e da contribuição do povo negro nas diversas áreas que compõem a sociedade.

Pode-se inferir a partir disto, que este manual de história se apresenta como uma quebra de paradigmas no que condiz a representação do negro, de forma a nos mostrar que é possível sim, retratar de forma digna este povo que outrora foi tão subjugado e que carrega até hoje os encargos deste período. Sabe-se, contudo, que “são poucas as unidades que possuem ilustrações que chamam atenção para as questões dos quilombos, das religiões africanas, do racismo no Brasil, das manifestações culturais africanas, da contribuição do negro para formação do Brasil, as lutas do movimento negro” (ALVARES 2013, p.45), enfim, questões da atualidade que carecem de ser ressaltadas e que cooperam significativamente para que alcancemos o respeito à diferença e à igualdade.

Mediante isto, é preciso:

identificar e corrigir a ideologia, ensinar que a diferença pode ser bela, que a diversidade é enriquecedora e não é sinônimo de desigualdade, é um dos passos para a reconstrução da auto-estima, do auto-conceito, da cidadania e da abertura para o acolhimento dos valores das diversas culturas presentes na sociedade. (SILVA, 2005, p. 31).

Neste viés, é pertinente afirmar que, não se quer aqui apagar o período de escravidão dos manuais didáticos, muito menos da história, mas sim apontar a forma distorcida como este conteúdo está sendo abordado, haja vista que dos três livros didáticos analisados, apenas um não representou o negro predominantemente como escravo, e este não é o livro que está sendo utilizado por nossas crianças em sala de aula.

Cabe salientar que o manual didático que abordou o negro de forma diferenciada, é um ganho frente a lei 10.639, que surge com o intuito de amenizar as práticas discriminatórias apresentadas principalmente nos livros didáticos e mediante isto, garantir uma ressignificação e valorização cultural das matrizes africanas que formam a diversidade cultural brasileira, na qual, os negros são considerados históricos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Que todos os nossos esforços estejam sempre focados no desafio da impossibilidade. Todas as grandes conquistas humanas vieram daquilo que parecia impossível.

Charles Chaplin

No transcorrer desta pesquisa podemos perceber nos conteúdos presentes nos livros didáticos de História, que a frequência de imagens negativas associadas a imagem do negro, em detrimento de uma minoria de imagens que abordem sua valorização e cultura, apresenta-se como um aliado ferrenho no perpetuamento de estereótipos e ideais de injúria racial no Brasil. Desta forma, é imprescindível ter ciência que, estes são problemas que necessitam ser solucionados de imediato, contudo, para que se alcance tal objetivo, é necessário que o educador, bem como comunidade escolar e sociedade, assumam postura responsável e de enfrentamento e combate ao racismo, que consideramos, chaga social.

É notório afirmar a percepção de que, o peso de uma tradição excludente com relação a população negra, foi sentido no que condiz aos livros didáticos analisados (a exceção é o livro didático *Da escola para o mundo*). Nota-se com isto que boa parte dos livros didáticos, apresentam-se como instrumentos de perpetuação de ideários de uma classe dominante. Contudo, cabe salientar que sob domínio de educadores comprometidos com a busca por uma sociedade igualitária, essas representações estereotipadas podem ser superadas e transformadas.

Neste sentido, o desafio de superar essas “falhas” sociais, está dentre as atuais provocações postas aos professores, de forma a colocar em cheque e desvelar os estereótipos e ideais racistas presentes nos manuais didáticos. Mediante isto, cabe aos educadores em sala de aula, oferecer subsídios que auxiliem na formação de cidadãos críticos, e capazes de construir reflexões sobre a sociedade, com a consciência que esta, é produto de múltiplas memórias originadas da pluralidade e diversidade das experiências humanas, as quais engloba todos os indivíduos.

Mediante estes fatores, se faz notória a importância do professor neste cenário, tendo em vista que os livros didáticos apresentam imagens dispondo apenas de uma curta legenda, a qual pode ser problematizada pelo professor, apresentando variadas interpretações, afinal, o professor “é o que detém a porta, uma passagem, o que faz a mediação. E essa mediação é menos de entupir de informação, e mais de levar o indivíduo a refletir, a imaginar e a criar” (SODRÉ, 2000, *apud* AMÂNCIO, 2008, p.44).

Concernente a isto, o professor terá o papel de apresentar aos alunos outros lados da história, principalmente no que condiz ao período colonial, o qual aparece de forma tão deturbada nos livros didáticos. Ao oferecer a oportunidade de criar outras interpretações acerca da imagem do negro no livro didático, sem restringi-la a uma imagem estagnada de escravo, o professor estará abrindo precedentes para a superação do sentimento de segregação racial na sociedade. Portanto, “ao educador mais do que a qualquer outro profissional cabe o compromisso de evidenciar, destacar e realizar o trabalho de resgate cultural de um povo que teve a sua história violentada, cujas consequências desastrosas ainda afligem de maneira considerável todos os afrodescendentes” (SEVERO, 2009, p.20).

Vale ressaltar que as abordagens supracitadas, propiciam o reconhecimento da cultura negra ao mesmo tempo que possibilitam a quebra de estereótipos, e estigmas acerca da imagem e representação do negro postuladas pelos livros didáticos. Observou-se nesta pesquisa, a predominância de imagens e textos que apontam o negro enquanto ser escravizado e servil, em detrimento de uma minoria, de imagens que ressaltam a história e cultura deste povo. De forma que, ao inferirmos respostas a problemática postulada por esta pesquisa, apontamos que o negro, na maioria das representações trazidas pelos livros didáticos analisados, é representado como escravo, como produto, mão de obra e propriedade do homem branco europeu. Mediante isto, considera-se que neste contexto, as exigências demandadas pela Lei 10.639/03 não estão sendo atendidas.

De acordo com o texto tecido até aqui, entende-se que os objetivos propostos pela pesquisa foram alcançados, à medida que compreendemos que a representação do negro no livro didático de História do 4º ano, em sua maioria se dá de forma vilipendiada. Através da análise das imagens contidas nos manuais didáticos, inferimos que o negro é retratado de forma inferior a imagem do homem branco, o qual é pintado como único detentor de cultura e saberes, enquanto o negro é retratado na maioria das imagens como escravo, mão de obra, mercadoria e produto.

Esta representação da população negra de forma depreciativa e carregada de estereótipos negativos, impacta diretamente na formação de nossos alunos em sala de aula, os quais lidam diretamente com este instrumento do currículo e o têm como detentor de conhecimentos. Desta forma, o perfil que o livro traçar do negro, será tomado pelos alunos como correto, o que acaba por abrir precedentes para a perpetuação da discriminação contra a população negra e a manutenção de ideais racistas em nossa sociedade.

Ademais, concluímos que as ilustrações e textos mal-intencionados presentes nos manuais, precisam ser combatidas e reelaboradas, bem como analisadas e criticadas pelo

próprios professores e alunos em sala de aula, enquanto agentes ativos do conhecimento. Compreende-se que “não há luta aberta entre o branco e o negro. Um dia o senhor branco reconheceu sem luta o preto escravo. Mas o antigo escravo quer fazer-se reconhecer” (FANON, 2008. p.180), e sabemos que, para a população negra obter o reconhecimento que realmente merece, ainda muito nos falta, haja vista que a superação desta cruel realidade ainda caminha a passos lentos.

Consideramos ainda que nos livros analisados, em sua maioria, a pessoa negra é representada como inferior ao homem e mulher branca. Assim, percebe-se a permanência de um currículo tradicional a serviço dos interesses e necessidades da classe dominante. Segue assim, uma tradição excludente que reforça a prática do racismo. A lei 10.639/03 mesmo sendo um dispositivo de suma importância para questionar esse quadro, pouco alterou, até porque tal dispositivo precisa ser de fato materializada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVARES, Angélica Ramos. et al. A Representação do Negro no Livro Didático de História. *In: I JORNADA PARANAENSE DE PIBID E PET DE HISTÓRIA* – Universidade Estadual de Maringá, 2013.

AMARAL, João J. F. **Como fazer uma pesquisa bibliográfica**. Disponível em: <http://docplayer.com.br/49535-como-fazer-uma-pesquisa-bibliografica.html>. Acesso em: 12 jan. 2019.

AMÂNCIO, Iris Maria da Costa. Lei 10.639/03, cotidiano escolar e literaturas de matrizes africanas: da ação afirmativa ao ritual de passagem. *In: AMÂNCIO, Iris Maria da Costa; GOMES, Nilma Lino; JORGE, Lúcia dos Santos. Literaturas africanas e afro-brasileira na prática pedagógica*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p.31-45.

BANKS, Marcus. **Dados visuais para pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

BITTENCOURT, C. Identidade nacional e o ensino de História no BRASIL. *In: KARNAL, L. História na sala de aula: Conceitos, práticas e propostas*. São Paulo: Contexto, 2003.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações Étnico-raciais e para o ensino de História e cultura afro-brasileira e africana**. Disponível em: <http://www.sinpro.org/arquivos/afro/diretrizes-relacoes-etnico-raciais-pdf>. Acesso em: 22 abr. 2019.

BRASIL, MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, SECRETARIA DE ENSINO FUNDAMENTAL. **Guia de livros didáticos: história**. V. 5. Brasília, 2004.

BRASIL. Ministério da Educação. Lei n. 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Altera a Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, e dá outras providências. **Diário Oficial da União**, Brasília, 10 jan. 2003. P. 1.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural: Entre Práticas e Representações**. Trad.: Maria Manuela Galhardo: 2 ed. DIFEL, Lisboa, 1998.

CHIZZOTTI, Antônio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 2001.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas**; tradução de Renato da Silveira. - Salvador: EDUFBA, 2008.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**; tradução de José Lourênio de Melo. – Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira S.A., 1968.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. *In: M. W. Bauer & G. Gaskell (Orgs.), Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático* (p. 64-89). Petrópolis: Vozes, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projeto de pesquisa** - 4. ed - São Paulo: Atlas, 2002.

GIOPPO, Christiane. **Eugenia: a higiene como estratégia de segregação**. Programa de Pós-Graduação (Mestrado) da Universidade de São Paulo. Curitiba, 1996

LIMA, Heloisa Pires. Personagens Negros: Um breve perfil da literatura infanto-juvenil. *In*: MUNANGA, Kabengele. **Superando o racismo na escola**. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005.

LOPES, A. C. Discursos Curriculares na disciplina escolar Química. *Ciência e Educação*, v. 11, n. 2, p. 263-278, 2007.

RIBEIRO, Renilson Rosa. **Letras Negras, Páginas Brancas: As Imagens do Negro entre a Historiografia e o Ensino de História (Brasil, Segunda Metade Do Século Xx)**. ETD: Educação Temática Digital. Campinas, SP, v.15, n. 2, 2013.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas** / colaboradores José Augusto de Souza Peres ... (et al.). – 3. ed. – São Paulo: Atlas, 2014.

ROMANOWSKI, Joana Paulin; ENS, Romilda Teodora. **As pesquisas denominadas do tipo “Estado da arte” em Educação**. *Revista Diálogo Educacional*, vol. 6, núm. 19, setembro-dezembro, 2006, p. 37-50. Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Brasil.

MACEDO, E. **A estabilidade do currículo disciplinar: o caso das ciências**. Rio de Janeiro; DP&A, 2002.

MARCONDES, Maria Inês; TEIXEIRA, Elizabeth; OLIVERA, Ivanilde Apoluceno de. **Metodologias e técnicas da pesquisa em educação**. Belém: EDUEPA, 2010.

MARTINS, E. F.; SALES, N. A. O.; SOUZA, C. A. O estado, o mercado editorial e o professor no processo de seleção dos livros didáticos. **Estudos em avaliação Educacional**. V. 20, n. 42, p.11-26, 2009.

MANZO, Abelardo J. **Manual para la preparación de monografías: una guía para presentar informes y tesis**. Buenos Aires: Humanitas, 1971.

MUNANGA, K. **Por que ensinar a África na escola brasileira?** Disponível em: <http://www.capeiravadiacao.org/attachments/250-Porque-ensinar-africa-escola-brasileira-munanga.pdf>. Acesso em: 07 fev. 2019.

NADAI, E. O ensino de História no Brasil: trajetória e perspectiva. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 13, n. 25/26, p.143-62, ago. 1993.

NEGRÃO, Esmeralda Vailati. **A discriminação racial em livros didáticos e infanto-juvenis**. Fundação Carlos Chagas: São Paulo, 1987.

PRADO, Eliane Mimesse; FÁTIMA, Lilian Elizabete da Silva de. **Os desafios da prática docente na aplicação da lei 10.639/03**. *Revista Intersaberes*: Rio de Janeiro, 2016.

SACRISTÁN. Gimeno, J. **O currículo: Uma reflexão sobre a prática**. Porto Alegre: Artmedd, 2000.

SANTA'NA, Antonio Olimpio de. História e cultura e conceitos básicos sobre o racismo e seus derivados. *In: Munanga, Kabengele (Org.) Superando o racismo na escola*. Brasília, 2005, p. 57.

SEVERO, Lara de Freitas. **O negro nos livros didáticos: um enfoque nos papéis sociais** (Monografia) – Salvador, 2009.

SILVA, Alcineide Teodósio da. **Livro didático de História: uma análise de conteúdos e procedimentos de ensino**. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE/CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES (Monografia) Departamento de História. Natal/RN. 2005.

SILVA, Ana Célia. A desconstrução da discriminação no livro didático. *In: MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola*. 2 ed. Brasília: Ministério da Educação Continuada, Alfabetização e diversidade, 2005, p.101-115.

SILVA, Renan de Oliveira; SANTOS, Carlos Arthur da Silva Santos. O livro didático e ensino de história: Reflexões acerca das produções historiográficas sobre o livro didático e o ensino de história. *In: II CONGRESSO NACIONAL DE EDUCAÇÃO*. Campina Grande/PB, 2005.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Os estudos culturais e o currículo. **Documentos de identidade: uma introdução as teorias do currículo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

SOUZA, Rainer Gonçalves. **Raça Ariana – Ariana/ História do Mundo – 2017**. Disponível em: <https://www.historiadomundo.com.br/artigos/raca-ariana.htm>. Acesso em: 30 abr. 2019.